

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	21
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	81
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	82

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	683.509.869
Preferenciais	0
Total	683.509.869
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		1,15900

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	43.313.455	43.565.118
1.01	Ativo Circulante	4.927.761	5.602.242
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.205.083	3.029.191
1.01.03	Contas a Receber	2.143.760	2.017.481
1.01.03.01	Clientes	1.974.708	1.843.333
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	169.052	174.148
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	169.052	174.148
1.01.04	Estoques	70.572	65.596
1.01.06	Tributos a Recuperar	336.079	380.703
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	336.079	380.703
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	172.267	109.271
1.01.08.03	Outros	172.267	109.271
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	25.993	31.900
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	146.274	77.371
1.02	Ativo Não Circulante	38.385.694	37.962.876
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.061.435	8.590.597
1.02.01.04	Contas a Receber	197.170	209.083
1.02.01.04.01	Clientes	197.170	209.083
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	670.019	669.102
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	670.019	669.102
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.194.246	7.712.412
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	201.645	152.018
1.02.01.10.05	Agência Nacional de Água - ANA	43.965	49.136
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	7.837.583	7.407.948
1.02.01.10.20	Demais Contas a Receber	111.053	103.310
1.02.02	Investimentos	104.661	92.207
1.02.02.01	Participações Societárias	57.053	44.587
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	57.053	44.587
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	47.608	47.620
1.02.03	Imobilizado	279.120	267.612
1.02.04	Intangível	28.940.478	29.012.460
1.02.04.01	Intangíveis	28.940.478	29.012.460
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.317.760	5.305.353
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	9.825.474	9.857.480
1.02.04.01.03	Contrato de Prestação de Serviços	13.258.443	13.391.452
1.02.04.01.04	Licença de Uso de Software	447.257	458.175
1.02.04.01.05	Direito de Uso	91.544	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	43.313.455	43.565.118
2.01	Passivo Circulante	4.874.771	5.398.632
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	510.708	564.830
2.01.01.01	Obrigações Sociais	26.275	48.539
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	484.433	516.291
2.01.02	Fornecedores	427.383	465.993
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	427.377	465.993
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	6	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	168.037	200.563
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	164.659	196.014
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	91.405	82.381
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	37.780	38.871
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	35.474	74.762
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.378	4.549
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.488.194	2.103.612
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	979.538	1.035.025
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	229.258	296.525
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	750.280	738.500
2.01.04.02	Debêntures	445.694	1.049.510
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	62.962	19.077
2.01.05	Outras Obrigações	1.776.055	1.605.247
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	680	8.694
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	680	8.694
2.01.05.02	Outros	1.775.375	1.596.553
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	673.744	673.765
2.01.05.02.04	Serviços a Pagar	580.377	454.022
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	40.174	13.419
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programa	260.017	230.695
2.01.05.02.07	Parceria Público-Privada - PPP	122.431	137.827
2.01.05.02.09	Indenizações	11.257	11.257
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	87.375	75.568
2.01.06	Provisões	504.394	458.387
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	246.487	169.060
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	33.775	33.434
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	134.875	56.243
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	77.837	79.383
2.01.06.02	Outras Provisões	257.907	289.327
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	14.260	14.175
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	217.300	231.547
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	26.347	43.605
2.02	Passivo Não Circulante	18.239.705	18.614.798
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.692.566	11.049.184
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.062.070	8.153.545
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.202.979	2.222.636
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.859.091	5.930.909
2.02.01.02	Debêntures	2.030.328	2.346.050

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	600.168	549.589
2.02.02	Outras Obrigações	6.886.552	6.869.897
2.02.02.02	Outros	6.886.552	6.869.897
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.986.813	2.970.009
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programa	117.471	142.314
2.02.02.02.06	Parceria Público-Privada - PPP	3.279.258	3.275.297
2.02.02.02.07	Indenizações	31.146	31.146
2.02.02.02.08	Obrigações Trabalhistas	150.372	126.673
2.02.02.02.09	Cofins / Pasep Diferidos	140.007	140.830
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	181.485	183.628
2.02.03	Tributos Diferidos	294.666	261.242
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	294.666	261.242
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	294.666	261.242
2.02.04	Provisões	365.921	434.475
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	187.487	262.970
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.580	21.810
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	160.204	235.760
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.703	5.400
2.02.04.02	Outras Provisões	178.434	171.505
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	173.592	156.244
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	4.842	15.261
2.03	Patrimônio Líquido	20.198.979	19.551.688
2.03.01	Capital Social Realizado	15.000.000	15.000.000
2.03.04	Reservas de Lucros	5.100.783	5.100.783
2.03.04.01	Reserva Legal	1.200.030	1.200.030
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	60.331	60.331
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	3.840.422	3.840.422
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	647.291	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-549.095	-549.095

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.878.504	3.699.668
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.337.103	-2.139.237
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.747.145	-1.506.585
3.02.02	Custos de Construção	-589.958	-632.652
3.03	Resultado Bruto	1.541.401	1.560.431
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-399.745	-477.826
3.04.01	Despesas com Vendas	-198.955	-224.155
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-191.195	-175.524
3.04.01.02	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.760	-48.631
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-210.381	-267.980
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13.385	17.425
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	14.992	19.460
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-1.607	-2.035
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.558	-5.933
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.764	2.817
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.141.656	1.082.605
3.06	Resultado Financeiro	-150.456	-193.933
3.06.01	Receitas Financeiras	102.200	77.099
3.06.01.01	Receitas Financeiras	107.950	80.999
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativas	-731	-134
3.06.01.03	Cofins e Pasep	-5.019	-3.766
3.06.02	Despesas Financeiras	-252.656	-271.032
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-252.477	-159.017
3.06.02.02	Variações Cambiais Passivas	-179	-112.015
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	991.200	888.672
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-343.909	-308.241
3.08.01	Corrente	-310.485	-325.870
3.08.02	Diferido	-33.424	17.629
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	647.291	580.431
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	647.291	580.431
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,94701	0,84919
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,94701	0,84919

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	647.291	580.431
4.03	Resultado Abrangente do Período	647.291	580.431

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	589.840	662.016
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.493.474	1.557.019
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	991.200	888.672
6.01.01.02	Provisões e Variações Monetárias de Provisões	46.101	36.513
6.01.01.04	Encargos Financeiros de Clientes	-197.962	-60.324
6.01.01.05	Valor Residual do Imobilizado, Intangível e Propriedades para Investimento Baixados	3.143	4.282
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	410.863	327.899
6.01.01.07	Juros Calculados sobre Empréstimos e Financiamentos a Pagar	138.978	119.242
6.01.01.08	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos	17.207	131.664
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias Passivas	9.524	8.099
6.01.01.10	Juros e Variações Monetárias Ativas	-75.621	-3.929
6.01.01.11	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	11.070	48.631
6.01.01.12	Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Programa de Retenção de Conhecimento (PRC)	-19.313	7.387
6.01.01.13	Resultado da Equivalência Patrimonial	-1.764	-2.817
6.01.01.15	Outros Ajustes	-13.163	6.303
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	119.920	0
6.01.01.17	Margem de Construção sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-13.569	-14.551
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	66.860	59.948
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-412.002	-477.063
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	98.414	-77.646
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	11.513	28.282
6.01.02.03	Estoques	-4.976	10.179
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	44.624	86.069
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-36.159	-112.021
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-12.324	-21.891
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-328.719	-244.286
6.01.02.09	Salários, Encargos e Contribuições Sociais	-34.809	37.686
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-50.056	-52.328
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-92.543	-160.978
6.01.02.12	Serviços a Pagar	6.435	107.577
6.01.02.13	Outras Obrigações	56.069	4.304
6.01.02.14	Provisões	-68.648	-80.597
6.01.02.15	Cofins/Pasep Diferidos	-823	-1.413
6.01.03	Outros	-491.632	-417.940
6.01.03.01	Juros Pagos	-241.164	-196.060
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-250.468	-221.880
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-233.143	-228.659
6.02.01	Aquisição de Intangíveis	-209.552	-229.976
6.02.02	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-18.796	-2.786
6.02.03	Aumento de Investimento	-10.702	-655
6.02.04	Caixa Restrito	5.907	4.758
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.180.805	247.458

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.03.01	Captações	103.815	943.048
6.03.02	Amortizações	-1.154.042	-681.698
6.03.03	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-21	0
6.03.04	Parceria Público-Privada - PPP	-129.157	-13.892
6.03.05	Compromissos Contratos de Programa	-1.400	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-824.108	680.815
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.029.191	2.283.047
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.205.083	2.963.862

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	15.000.000	0	5.100.783	0	-549.095	19.551.688
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.000.000	0	5.100.783	0	-549.095	19.551.688
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	647.291	0	647.291
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	647.291	0	647.291
5.07	Saldos Finais	15.000.000	0	5.100.783	647.291	-549.095	20.198.979

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000.000	0	8.051.110	0	-538.101	17.513.009
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000.000	0	8.051.110	0	-538.101	17.513.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	580.431	0	580.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	580.431	0	580.431
5.07	Saldos Finais	10.000.000	0	8.051.110	580.431	-538.101	18.093.440

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	4.146.906	3.898.878
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.536.147	3.280.846
7.01.02	Outras Receitas	14.992	19.460
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	603.527	647.203
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.760	-48.631
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.476.216	-1.390.017
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.252.380	-1.124.975
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-218.278	-259.109
7.02.04	Outros	-5.558	-5.933
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.670.690	2.508.861
7.04	Retenções	-410.863	-327.899
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-410.863	-327.899
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.259.827	2.180.962
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	108.983	83.682
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.764	2.817
7.06.02	Receitas Financeiras	107.219	80.865
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.368.810	2.264.644
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.368.810	2.264.644
7.08.01	Pessoal	622.298	570.360
7.08.01.01	Remuneração Direta	395.114	389.100
7.08.01.02	Benefícios	206.362	139.950
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.822	41.310
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	753.670	679.408
7.08.02.01	Federais	705.250	636.987
7.08.02.02	Estaduais	34.489	30.019
7.08.02.03	Municipais	13.931	12.402
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	345.551	434.445
7.08.03.01	Juros	332.670	414.156
7.08.03.02	Aluguéis	12.881	20.289
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	647.291	580.431
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	647.291	580.431

Comentário do Desempenho

1. Destaques financeiros

R\$ milhões				
			Variação	
	1T19	1T18	R\$	%
Receita operacional bruta ⁽¹⁾	3.536,1	3.280,8	255,3	7,8
Receita de construção	603,5	647,2	(43,7)	(6,8)
Impostos (COFINS E PASEP/ TRCF) ⁽²⁾	(261,1)	(228,4)	(32,7)	14,3
(=) Receita operacional líquida	3.878,5	3.699,6	178,9	4,8
Custos e despesas	(2.156,4)	(1.998,7)	(157,7)	7,9
Custos de construção	(590,0)	(632,7)	42,7	(6,7)
Resultado da equivalência patrimonial	1,8	2,8	(1,0)	(35,7)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7,8	11,5	(3,7)	(32,2)
(=) Resultado antes das financeiras, IR e CS	1.141,7	1.082,5	59,2	5,5
Resultado financeiro	(150,5)	(193,9)	43,4	(22,4)
(=) Resultado antes do IR e CS	991,2	888,6	102,6	11,5
Imposto de renda e contribuição social	(343,9)	(308,2)	(35,7)	11,6
(=) Lucro líquido	647,3	580,4	66,9	11,5
Lucro por ação (R\$) *	0,95	0,85		

(1) Inclui receita de Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF), no montante de R\$ 16,7 milhões no 1T19 e de R\$ 15,5 milhões no 1T18.

(2) Inclui repasse de TRCF, no montante de R\$ 14,6 milhões no 1T19 e de R\$ 13,5 milhões no 1T18.

(*) Quantidade de ações = 683.509.869

Reconciliação do EBITDA Ajustado (Medições não contábeis)

R\$ milhões				
			Variação	
	1T19	1T18	R\$	%
Lucro líquido	647,3	580,4	66,9	11,5
Imposto de renda e contribuição social	343,9	308,2	35,7	11,6
Resultado financeiro	150,5	193,9	(43,4)	(22,4)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7,8)	(11,5)	3,7	(32,2)
(=) EBIT ajustado*	1.133,9	1.071,0	62,9	5,9
Depreciação e amortização	410,8	328,0	82,8	25,2
(=) EBITDA Ajustado**	1.544,7	1.399,0	145,7	10,4
(%) Margem EBITDA ajustada	39,8	37,8		

* O EBIT Ajustado corresponde ao lucro antes: (i) das outras receitas/despesas operacionais, líquidas; (ii) do resultado financeiro; e (iii) do imposto de renda e contribuição social.

** O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social; (iii) do resultado financeiro; e (iv) outras receitas/despesas operacionais, líquidas.

No 1T19, a receita operacional líquida, a qual considera a receita de construção, totalizou R\$ 3.878,5 milhões, um acréscimo de 4,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os custos e despesas, que consideram os custos de construção, totalizaram R\$ 2.746,4 milhões, um acréscimo de 4,4% quando comparados ao ano anterior.

O EBIT ajustado, no montante de R\$ 1.133,9 milhões, aumentou 5,9% em relação aos R\$ 1.071,0 milhões apresentados no 1T18.

O EBITDA ajustado, no montante de R\$ 1.544,7 milhões, aumentou 10,4% em relação aos R\$ 1.399,0 milhões apresentados no 1T18 (R\$ 6.686,3 milhões nos últimos 12 meses).

A margem EBITDA ajustada atingiu 39,8% no 1T19, ante 37,8% no 1T18 (41,1% nos últimos 12 meses).

Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem EBITDA ajustada resulta em 46,8% no 1T19, ante 45,4% no 1T18 (49,1% nos últimos 12 meses).

No 1T19 houve um lucro de R\$ 647,3 milhões, ante um lucro de R\$ 580,4 milhões apresentado no 1T18.

Comentário do Desempenho

2. Receita operacional bruta

A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de saneamento, no montante de R\$ 3.536,1 milhões, a qual não considera a receita de construção, apresentou um acréscimo de R\$ 255,3 milhões ou 7,8%, quando comparada aos R\$ 3.280,8 milhões totalizados no 1T18.

Os principais fatores responsáveis pelo acréscimo foram:

- Reposicionamento tarifário de 3,5% desde junho de 2018;
- Aumento de 3,1% no volume faturado total, sendo 0,3% em água e 6,6% em esgoto; e
- Início da operação no município de Guarulhos em janeiro de 2019, gerando um acréscimo de R\$ 70,2 milhões na receita operacional.

3. Receita de construção

A receita de construção diminuiu R\$ 43,7 milhões ou 6,8%, quando comparada ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se, sobretudo, ao maior investimento efetuado na construção de ativos no 1T18, principalmente no Sistema Produtor São Lourenço (PPP).

Comentário do Desempenho**4. Volume faturado**

Os quadros a seguir demonstram os volumes faturados de água e esgoto, em comparação trimestral, de acordo com a categoria de uso e região.

TRIMESTRE									
VOLUME FATURADO ⁽¹⁾ DE ÁGUA E ESGOTO POR CATEGORIA DE USO – milhões de m ³									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
Por Categoria	1T19	1T18	Var. %	1T19	1T18	Var. %	1T19	1T18	Var. %
Residencial	432,1	406,8	6,2	369,7	346,5	6,7	801,8	753,3	6,4
Comercial	43,6	42,0	3,8	42,3	40,0	5,7	85,9	82,0	4,8
Industrial	8,2	7,8	5,1	9,9	9,7	2,1	18,1	17,5	3,4
Pública	10,4	9,7	7,2	9,3	8,7	6,9	19,7	18,4	7,1
Total varejo	494,3	466,3	6,0	431,2	404,9	6,5	925,5	871,2	6,2
Atacado ⁽³⁾	38,3	64,7	(40,8)	8,6	7,7	11,7	46,9	72,4	(35,2)
Total Geral	532,6	531,0	0,3	439,8	412,6	6,6	972,4	943,6	3,1
VOLUME FATURADO ⁽¹⁾ DE ÁGUA E ESGOTO POR REGIÃO – milhões de m ³									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
Por Região	1T19	1T18	Var. %	1T19	1T18	Var. %	1T19	1T18	Var. %
Metropolitana	322,2	299,7	7,5	281,3	260,7	7,9	603,7	560,4	7,7
Regional ⁽²⁾	172,1	166,6	3,3	149,9	144,2	4,0	322,0	310,8	3,6
Total varejo	494,3	466,3	6,0	431,2	404,9	6,5	925,5	871,2	6,2
Atacado ⁽³⁾	38,3	64,7	(40,8)	8,6	7,7	11,7	46,9	72,4	(35,2)
Total Geral	532,6	531,0	0,3	439,8	412,6	6,6	972,4	943,6	3,1

(1) Não auditado

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

(3) No atacado estão inclusos os volumes de água de reuso e esgotos não domésticos

Comentário do Desempenho

5. Custos, despesas administrativas e comerciais e custos de construção

Custos, despesas administrativas e comerciais e custos de construção tiveram um acréscimo de R\$ 115,0 milhões no 1T19 (4,4%). Desconsiderando os custos de construção, houve um acréscimo de R\$ 157,7 milhões (7,9%).

A participação dos custos, despesas administrativas e comerciais e custos de construção na receita líquida foi de 70,8% no 1T19, ante 71,1% no 1T18.

R\$ milhões				
			Variação	
	1T19	1T18	R\$	%
Salários, encargos e benefícios e Obrigações previdenciárias	681,0	630,0	51,0	8,1
Materiais gerais	57,4	55,0	2,4	4,4
Materiais de tratamento	86,7	75,9	10,8	14,2
Serviços	422,2	377,1	45,1	12,0
Energia elétrica	283,0	221,9	61,1	27,5
Despesas gerais	191,7	246,2	(54,5)	(22,1)
Despesas fiscais	15,8	16,0	(0,2)	(1,3)
Sub-total	1.737,8	1.622,1	115,7	7,1
Depreciação e amortização	410,8	328,0	82,8	25,2
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7,8	48,6	(40,8)	(84,0)
Sub-total	418,6	376,6	42,0	11,2
Custos, despesas administrativas e comerciais	2.156,4	1.998,7	157,7	7,9
Custos de construção	590,9	632,7	(42,7)	(6,7)
Custos, desp. adm. e comerciais e custos de construção	2.746,4	2.631,4	115,0	4,4
% sobre a receita líquida	70,8	71,1		

5.1. Salários, encargos e benefícios e Obrigações previdenciárias

No 1T19, houve um acréscimo de R\$ 51,0 milhões ou 8,1%, ocasionado pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 53,3 milhões nas despesas com assistência médica;
- Acréscimo de R\$ 13,3 milhões em salários, principalmente pelo reajuste salarial de 1,3% ocorrido em maio de 2018, pela contratação de 1.019 empregados em 2018 e pela aplicação de 1,0% referente ao Plano de Cargos e Salários em fevereiro de 2019;
- Maior despesa com horas extras, no montante de R\$ 7,5 milhões; e
- Aumento nas despesas com vale refeição e cesta básica, no montante de R\$ 5,0 milhões.

Os acréscimos acima foram parcialmente compensados por:

- Decréscimo de R\$ 25,5 milhões na provisão para o Programa de Participação no Resultado; e
- Menor provisionamento de despesas com o TAC aposentados, no montante de R\$ 5,3 milhões.

5.2. Materiais de tratamento

Acréscimo de R\$ 10,8 milhões ou 14,2%, ocasionado em sua maioria pela maior necessidade de utilização de coagulantes e desinfetantes no tratamento da água bruta, principalmente na Estação de Tratamento de Água ABV.

5.3. Serviços

As despesas com serviços, no montante de R\$ 422,2 milhões, apresentaram um acréscimo de R\$ 45,1 milhões ou 12,0% em relação aos R\$ 377,1 milhões apresentados no 1T18. Os principais fatores responsáveis pelo acréscimo foram:

Comentário do Desempenho

- Maior contratação de serviços técnico-profissionais no 1T19, no montante de R\$ 20,4 milhões, principalmente relacionados a: (i) início da operação no município de Guarulhos em janeiro de 2019, no montante de R\$ 7,6 milhões; (ii) serviços de gestão e operação de centrais de atendimento, no montante de R\$ 3,1 milhões; e (iii) serviços de manutenção e suporte técnico em informática, no montante de R\$ 2,9 milhões; e
- Maior realização de serviços de manutenção em redes e sistemas de água e esgoto, no montante de R\$ 16,2 milhões.

5.4. Energia elétrica

As despesas com energia elétrica totalizaram R\$ 283,0 milhões no 1T19, um acréscimo de R\$ 61,1 milhões ou 27,5% comparativamente aos R\$ 221,9 milhões apresentados no 1T18. Os principais fatores que influenciaram essa variação foram:

- Redução média de 2,2% nos preços da energia do Ambiente de Contratação Livre - ACL, com decréscimo de 5,3% no consumo;
- Aumento médio de 34,6% nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, com decréscimo de 26,2% no consumo; e
- Aumento médio de 16,1% nas tarifas do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, com acréscimo de 43,8% no consumo.

No 1T19, do total da despesa com energia elétrica, o ACL representou 22%, a TUSD 11% e o ACR 67%.

5.5. Despesas gerais

Decréscimo de R\$ 54,5 milhões ou 22,1%, totalizando R\$ 191,7 milhões no 1T19, ante os R\$ 246,2 milhões apresentados no 1T18, principalmente em função de reversões de processos judiciais, no montante de R\$ 45,9 milhões, decorrentes de mudanças na expectativa de perda.

5.6. Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização apresentaram um acréscimo de R\$ 82,8 milhões ou 25,2%, resultante da entrada em operação de ativos intangíveis, no montante de R\$ 6,1 bilhões, sendo R\$ 3,2 bilhões deste montante referentes ao Sistema Produtor São Lourenço.

5.7. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Decréscimo de R\$ 40,8 milhões, ocasionado principalmente pela menor inadimplência apresentada no 1T19, sendo R\$ 29,9 milhões desse montante referentes ao provisionamento de perdas de receita com o município de Guarulhos, no 1T18.

6. Resultado financeiro

	R\$ milhões			
			Variação	
	1T19	1T18	R\$	%
Despesas financeiras, líquidas das receitas	(150,7)	(67,2)	(83,5)	124,3
Variações monetárias e cambiais, líquidas	0,2	(126,7)	126,9	(100,2)
Resultado Financeiro	(150,5)	(193,9)	43,4	(22,4)

Comentário do Desempenho

6.1. Despesas financeiras, líquidas das receitas

			R\$ milhões	
			Variação	
	1T19	1T18	R\$	%
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos	(81,2)	(78,2)	(3,0)	3,8
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos	(42,4)	(36,6)	(5,8)	15,8
Outras despesas financeiras	(104,2)	(14,9)	(89,3)	599,3
Total das despesas financeiras	(227,8)	(129,7)	(98,1)	75,6
Receitas financeiras	77,1	62,5	14,6	23,4
Despesas financeiras, líquidas das receitas	(150,7)	(67,2)	(83,5)	124,3

6.1.1. Despesas financeiras

Acréscimo de R\$ 98,1 milhões, principalmente pelos seguintes fatores:

- Acréscimo de R\$ 5,8 milhões nos juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos, ocasionado em sua maioria pela maior valorização do dólar no 1T19 (0,6%), quando comparada à valorização apresentada no 1T18 (0,5%); e
- Acréscimo de R\$ 89,3 milhões nas outras despesas financeiras, devido principalmente a: (i) maior reconhecimento de juros sobre contratos de Parceria Público-Privada no 1T19, no montante de R\$ 53,4 milhões, devido à entrada em operação definitiva do Sistema Produtor São Lourenço, em julho de 2018; e (ii) maior reconhecimento de juros sobre processos judiciais, no montante de R\$ 32,4 milhões.

6.1.2. Receitas financeiras

Acréscimo de R\$ 14,6 milhões, principalmente pelo maior reconhecimento de juros sobre acordos de parcelamento no 1T19.

6.2. Variações monetárias e cambiais, líquidas

			R\$ milhões	
			Variação	
	1T19	1T18	R\$	%
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(16,7)	(19,6)	2,9	(14,8)
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(0,2)	(112,0)	111,8	(99,8)
Outras variações monetárias	(8,0)	(9,7)	1,7	(17,5)
Variações monetárias/cambiais passivas	(24,9)	(141,3)	116,4	(82,4)
Variações monetárias/cambiais ativas	25,1	14,6	10,5	71,9
Variações monetárias/ cambiais líquidas	0,2	(126,7)	126,9	(100,2)

O efeito nas variações monetárias e cambiais líquidas no 1T19 foi de R\$ 126,9 milhões inferior aos valores do 1T18, com destaque para o decréscimo de R\$ 111,8 milhões nas variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, devido à desvalorização do iene frente ao real no 1T19 (-0,2%), quando comparada à valorização ocorrida no 1T18 (6,3%), sendo que o dólar não apresentou variação relevante no período comparativo.

Comentário do Desempenho

7. Imposto de renda e contribuição social

Apresentou acréscimo de R\$ 35,7 milhões, devido ao maior resultado tributável apresentado no 1T19, impactado principalmente pelo incremento na receita operacional, decorrente em grande parte do início da operação no município de Guarulhos; e atenuado pelo aumento nos custos com energia elétrica e salários.

8. Indicadores

8.1. Operacionais

Informações ^(*)	1T19	1T18	%
Ligações de Água ⁽¹⁾	9.484	8.908	6,5
Ligações de Esgotos ⁽¹⁾	7.893	7.345	7,5
População Atendida com Abastecimento de Água ⁽²⁾	26,2	24,9	5,2
População Atendida com Coleta de Esgoto ⁽²⁾	22,8	21,6	5,6
Número de Empregados	14.213	13.610	4,4
Volume produzido de água ⁽³⁾	719	702	2,5
IPM - Índice de perdas medido (%)	29,9	30,4	(0,5)
IPDt (litros/ligaçãoxdia)	291	298	(2,3)

⁽¹⁾ Ligações totais ativas e inativas em milhares de unidades no final do período

⁽²⁾ Em milhões de habitantes, no final do período. Não inclui o fornecimento por atacado

⁽³⁾ Em milhões de m³

^(*) Não auditado

8.2. Econômicos

Variáveis Econômicas ao Final do Período ^(*)	1T19	1T18
IPCA ⁽¹⁾	1,51	0,70
INPC ⁽¹⁾	1,68	0,48
IPC ⁽¹⁾	1,64	0,04
TR ⁽¹⁾	0,0000	0,0000
CDI ⁽²⁾	6,40	6,39
DÓLAR ⁽³⁾	3,8967	3,3238
IENE ⁽³⁾	0,03521	0,03126

⁽¹⁾ Acumulado no ano em %

⁽²⁾ Média do ano

⁽³⁾ Ptax de venda no último dia

^(*) Não auditado

Comentário do Desempenho

9. Empréstimos e financiamentos

R\$ mil

PERFIL DA DÍVIDA								
INSTITUIÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	TOTAL
PAÍS								
Banco do Brasil	-	-						-
Caixa Econômica Federal	57.078	78.813	82.956	87.424	79.923	78.310	883.200	1.347.704
Debêntures	117.925	593.632	481.515	560.631	363.834	206.601	151.884	2.476.022
BNDES	91.289	103.423	102.970	102.970	97.298	91.803	451.497	1.041.250
Arrendamento Mercantil	13.823	36.481	38.348	40.378	43.175	45.055	352.503	569.763
Arrendamento Mercantil (IFRS 16)	32.703	41.414	18.885	302	63	-	-	93.367
Outros	1.037	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.268	9.220
Juros e Encargos	27.237	6.826						34.063
Total País	341.092	861.972	726.057	793.088	585.676	423.152	1.840.352	5.571.389
EXTERIOR								
BID	82.199	164.397	164.397	164.397	164.397	164.397	1.392.108	2.296.292
BIRD	11.845	23.691	23.691	23.691	23.691	23.691	225.130	355.430
Deutsche Bank 350	291.032	-	-	-	-	-	-	291.032
Euro Bônus	-	1.362.403	-	-	-	-	-	1.362.403
JICA	82.305	144.795	144.795	144.795	144.795	144.795	1.222.629	2.028.909
BID 1983AB	68.942	68.309	29.975	29.975	28.507	-	-	225.708
Juros e Encargos	49.597	-						49.597
Total Exterior	585.920	1.763.595	362.858	362.858	361.390	332.883	2.839.867	6.609.371
Total Geral	927.012	2.625.567	1.088.915	1.155.946	947.066	756.035	4.680.219	12.180.760

10. Investimentos

No primeiro trimestre de 2019 foram investidos R\$ 787,5 milhões.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, CEP 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A visão da SABESP é ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Em 31 de março de 2019, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 370 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos. A Companhia possui dois contratos parciais com o município de Mogi das Cruzes, entretanto como a maior parte do município é atendida por atacado, o mesmo não foi considerado dentro dos 370 municípios. O município de Aguaí assinou contrato em dezembro de 2018, porém só começará a ser atendido pela SABESP em junho de 2019. Em 31 de março de 2019 a Companhia possuía 373 contratos.

A SABESP não está operando, temporariamente, nos municípios de Macatuba e Cajobi, por força de decisão judicial. Os processos encontram-se em andamento, sendo que o valor contábil dos ativos não amortizados desses municípios era de R\$ 4.345 em 31 de março de 2019 (R\$ 4.345 em 31 de dezembro de 2018).

Encontram-se vencidos, em 31 de março de 2019, 35 contratos de concessão (35 em 31 de dezembro de 2018), sendo que todos estão em fase de negociação com os municípios. Entre 1º de abril de 2019 e 2030 vencerão 31 contratos de concessão. A Administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de março de 2019, foram assinados 307 contratos de programa e de prestação de serviços (em 31 de dezembro de 2018 – 307 contratos).

Em 31 de março de 2019, o valor contábil do intangível utilizado nos 35 municípios em negociação totaliza R\$ 4.488.997, que representam 12,21% do total do intangível (em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil do intangível utilizado nos 35 municípios em negociação totalizava R\$ 4.485.203, que representava 12,32% do total do intangível), e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 318.900 em 31 de março de 2019, que representam 7,70% do total da receita (em 31 de março de 2018, a receita bruta desses municípios totalizava R\$ 397.788, que representava 10,13% do total).

As operações da Companhia estão concentradas no Município de São Paulo, que representa 46,34% da receita bruta em 31 de março de 2019 (em 31 de março de 2018 – 55,00%) e 46,76% do ativo intangível (em 31 de dezembro de 2018 – 46,97%).

Notas Explicativas

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços. Nesta mesma data, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

A Companhia opera amparada em escritura pública de autorização em alguns municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. A Companhia assinou, em setembro de 2015, contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com o município de Santos, sendo a receita bruta apurada no período de três meses findo em 31 de março de 2019 de R\$ 87.856 (no período de três meses findo em 31 de março de 2018 – R\$ 98.042) e o valor do intangível em 31 de março de 2019 era de R\$ 307.248 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 307.566).

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da B3 sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental e Paulista Geradora de Energia. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas.

A expectativa da Administração da Companhia é que com o aumento da segurança hídrica, devido às obras realizadas, e a geração de caixa operacional, somadas às linhas de créditos disponíveis para investimentos, os recursos financeiros serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer seus investimentos necessários.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de maio de 2019.

Notas Explicativas

2 Base de elaboração e apresentação das informações trimestrais

Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais de 31 de março de 2019 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Assim, portanto, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 31 de março de 2019, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, consequentemente, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2019 não foram objeto de preenchimento completo por razão de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018 e conforme previsto no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011, nestas demonstrações intermediárias, as notas explicativas abaixo não são apresentadas ou não estão no mesmo grau de detalhamento das notas integrantes das demonstrações financeiras anuais (conforme referências numéricas):

- i. Resumo das principais políticas contábeis (Nota 3);
- ii. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações (Nota 4);
- iii. Gestão de risco – Instrumentos financeiros (Nota 5.4);
- iv. Principais julgamentos e estimativas contábeis (Nota 6);
- v. Saldos e transações com partes relacionadas (Nota 10);
- vi. Investimentos (Nota 12);
- vii. Ativo de contrato (Nota 14)
- viii. Intangível (Nota 15);
- ix. Empréstimos e financiamentos (Nota 17);
- x. Impostos e contribuições diferidos (Nota 19);
- xi. Provisões (Nota 20);
- xii. Benefícios a funcionários (Nota 21);
- xiii. Patrimônio líquido (Nota 24);
- xiv. Cobertura de seguros (Nota 27);
- xv. Receitas e despesas financeiras (Nota 30).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

Os valores divulgados nas notas explicativas estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

3 Resumo das principais políticas contábeis

Exceto pelas alterações trazidas pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Operações de Arrendamento Mercantil) conforme política contábil descrita abaixo, as demais políticas utilizadas na preparação das informações trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2019 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

3.1 Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso (“Ativo de Arrendamento”) igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor (valores abaixo de US\$ 5).

Transição para o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, uma vez que requer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

As demonstrações financeiras da Companhia foram impactadas conforme segue:

- a) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- b) reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração do resultado; e
- c) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração dos fluxos de caixa.

A SABESP aplicou os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019. Para tal, a Companhia selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, sendo o montante referente ao Ativo de Direito de Uso igual ao Passivo de Arrendamento, sem o efeito cumulativo de aplicação inicial deste novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, efetuou a identificação dos contratos (inventário de aproximadamente 20.000 contratos), avaliando, se, contém, ou não, arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos e imóveis locados de terceiros, aproximadamente 95% do montante total, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (valores abaixo de R\$ 19), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares conforme permitido pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos, correspondente a taxa média das captações de empréstimos ou emissão de dívidas no mercado de capitais local, que representam o financiamento destes ativos classificados como direito de uso, alocando os ativos por vida útil a taxa média por prazo de vencimento de cada contrato de empréstimo.

A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto real média de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

Em relação às renovações foram consideradas as premissas, políticas e regulamentos internos da Companhia, cujo prazo não pode ser renovado automaticamente, devendo somente ocorrer a prorrogação por acordo entre as partes quando a medida se revelar vantajosa e necessária para consecução dos interesses almejados pela SABESP com a contratação, ou seja, quando estiver razoavelmente certa, que a opção será exercida.

A Companhia aplicou o expediente prático relativo à definição de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17 e o IFRIC 4.

Após as análises realizadas, a Companhia concluiu que em 1º de janeiro de 2019, 70 contratos foram considerados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16 (98 contratos em 31 de março de 2019), e a adoção gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado abaixo:

Impacto da adoção inicial

Grupo	Pagamentos futuros de alugueis fixos	Impacto da taxa de desconto	Direito de uso de ativos arrendados	Passivo de arrendamento
Veículos	63.795	(9.313)	54.482	54.482
Imóveis	7.525	(1.333)	6.192	6.192
Equipamentos	741	(100)	641	641
Outros	4.243	(603)	3.640	3.640
Total	76.304	(11.349)	64.955	64.955

Notas Explicativas

4 Gestão de risco

4.1 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, principalmente, empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, de curto e longo prazo.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “*hedge*” ou “*swap*” e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.

A Companhia possui parte significativa da dívida financeira no valor total de R\$ 6.633.283 em 31 de março de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 6.694.912), atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	31 de março de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.168.083	4.551.669	1.191.152	4.615.476
Empréstimos e financiamentos – Iene	57.711.358	2.032.017	57.463.173	2.026.726
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		45.831		40.193
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		3.766		12.517
Total da exposição		6.633.283		6.694.912
Custo de captação – US\$		(20.804)		(22.390)
Custo de captação – Iene		(3.108)		(3.113)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 16)		6.609.371		6.669.409

Notas Explicativas

No período houve uma valorização do real frente ao iene de 0,2%, passando de R\$ 0,03527 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 0,03521 em 31 de março de 2019, gerando um decréscimo na dívida no montante de R\$ 3.462.

No mesmo período houve uma desvalorização do real frente ao dólar de 0,6%, passando de R\$ 3,8748 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3,8967 em 31 de março de 2019, gerando um acréscimo na dívida no montante de R\$ 25.581.

Em 31 de março de 2019, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais, além dos impactos mencionados acima, em comparação com o dólar e o iene, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 teria sido de R\$ 663.328 (para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 – R\$ 580.270), para mais ou para menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. No cenário II e no cenário III estão demonstrados, com todas as outras variáveis mantidas constantes, os impactos para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do real em 25% e 50%, respectivamente.

	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de março de 2019 (Passiva) em US\$	1.168.083	1.168.083	1.168.083
Taxa do US\$ em 31 de março de 2019	3,8967	3,8967	3,8967
Taxa cambial estimada conforme cenário	3,7500	4,6875	5,6250
Diferença entre as taxas	0,1467	(0,7908)	(1,7283)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho/(perda)	171.358	(923.720)	(2.018.798)
Exposição cambial líquida em 31 de março de 2019 (Passiva) em iene	57.711.358	57.711.358	57.711.358
Taxa do iene em 31 de março de 2019	0,03521	0,03521	0,03521
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,03616	0,04520	0,05424
Diferença entre as taxas	(0,00095)	(0,00999)	(0,01903)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(54.826)	(576.536)	(1.098.247)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho/(perda)	116.532	(1.500.256)	(3.117.045)

(*) Para o cenário provável em dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de março de 2019, conforme relatório Focus-BACEN de 31 de março de 2019 e para o iene foi considerada a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de março de 2019, conforme relatório de Taxas Referenciais da B3 de 31 de março de 2019.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
CDI (i)	1.000.000	1.250.000
TR (ii)	1.631.820	1.637.290
IPCA (iii)	971.264	1.614.595
TJLP (iv)	1.277.490	1.322.854
LIBOR (v)	3.187.824	3.259.295
Juros e encargos	50.922	134.725
Total	8.119.320	9.218.759

- (i) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- (ii) TR – Taxa Referencial de Juros
- (iii) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- (iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
- (v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes tarifários dos serviços prestados pela Companhia não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.

Em 31 de março de 2019, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem 1 ponto percentual para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2019 antes dos impostos teria sido de R\$ 81.193 (para período de três meses findo em 31 de março de 2018 – R\$ 89.713) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de março de 2019 é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Vide Notas 6, 7, 8 e 9.

Notas Explicativas

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à perda para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das instituições financeiras. Para a qualidade de crédito das instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating divulgado pelas três principais agências internacionais de rating (Fitch, Moody's e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AA(bra)	2.136.280	2.966.080
AAA(bra)	48.635	45.430
Outros (*)	20.168	17.681
	2.205.083	3.029.191

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos cujos saldos não eram relevantes.

O quadro a seguir apresenta a avaliação de rating das instituições financeiras em 31 de março de 2019, para transações de depósitos e aplicações financeiras em moeda local (R\$ - rating nacional), com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

Instituições financeiras	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S/A	AA(bra)	Aa1.br	-
Banco Santander Brasil S/A	-	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA(bra)	Aa1.br	brAAA
Banco Bradesco S/A	AAA(bra)	Aa1.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S/A	AAA(bra)	Aa1.br	brAAA

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais. Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases.

Notas Explicativas

	Abril a dezembro de 2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Em 31 de março de 2019							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.288.113	3.154.573	1.459.935	1.482.356	1.205.174	6.521.499	15.111.650
Empreiteiros e fornecedores	427.383	-	-	-	-	-	427.383
Serviços a pagar	580.377	-	-	-	-	-	580.377
Parceria Público-Privada – PPP	282.897	377.196	377.196	377.196	377.196	4.889.573	6.681.254
Compromissos Contrato de Programa	244.775	45.613	45.748	30.998	30.998	14.552	412.684

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de “cross default”, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/08. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 31 de março de 2019 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que for menor, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Notas Explicativas

31 de março de 2019				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo				
CDI	2.093.263	7,5000%(*)	5,6250%	3,7500%
Receita financeira		156.995	117.746	78.497
Passivo				
CDI	(1.000.000)	7,5000%(*)	5,6250%	3,7500%
Juros a incorrer		(75.000)	(56.250)	(37.500)
Exposição líquida - CDI	1.093.263	81.995	61.496	40.997
Passivo				
TR	(1.631.820)	0,0001%(**)	0,0001%	0,0002%
Despesa a incorrer		(2)	(2)	(3)
IPCA	(971.264)	4,0000%(*)	5,0000%	6,0000%
Despesa a incorrer		(38.851)	(48.563)	(58.276)
TJLP	(1.277.490)	7,0300%(*)	8,7875%	10,5450%
Juros a incorrer		(89.808)	(112.259)	(134.711)
LIBOR	(3.187.824)	2,5490%(**)	3,1862%	3,8234%
Juros a incorrer		(81.258)	(101.570)	(121.883)
Despesas totais líquidas a incorrer		(127.924)	(200.898)	(273.876)

(*) Fonte dos índices: CDI e IPCA (Relatório Focus-BACEN de 31 de março de 2019) e TJLP cotação de 31 de março de 2019 (BACEN).

(**) Fonte do índice: Bloomberg.

(***) Fonte do índice: B3 (anteriormente denominada BM&FBovespa).

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de março de 2019 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas Explicativas

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>31 de março de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	12.180.760	13.152.796
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(2.205.083)</u>	<u>(3.029.191)</u>
Dívida líquida	9.975.677	10.123.605
Total do Patrimônio Líquido	<u>20.198.979</u>	<u>19.551.688</u>
Capital total (capital próprio mais capital de terceiros)	<u>30.174.656</u>	<u>29.675.293</u>
Índice de alavancagem	<u>33%</u>	<u>34%</u>

Em 31 de março de 2019, o índice de alavancagem diminuiu para 33% em comparação aos 34% de 31 de dezembro de 2018, principalmente pelo acréscimo no patrimônio líquido, decorrente do lucro apurado no período de três meses findo em 31 de março de 2019.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

4.4 Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA, saldos a pagar com empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrentes de Parcerias Público-Privada – PPPs e compromissos contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Notas Explicativas

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Ativos Financeiros

	31 de março de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2.205.083	2.205.083	3.029.191	3.029.191
Caixa restrito	25.993	25.993	31.900	31.900
Contas a receber de clientes	2.171.878	2.171.878	2.052.416	2.052.416
Agência Nacional de Águas – ANA	43.965	43.965	49.136	49.136
Demais contas a receber	257.327	257.327	180.681	180.681

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de março de 2019 é de R\$ 839.071 (R\$ 843.250 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 9 destas demonstrações financeiras. Parte deste saldo, no montante de R\$ 734.971 (R\$ 737.503 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - G0 e é indexado através de IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproxima àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b) com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

Passivos Financeiros

	31 de março de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	12.180.760	12.158.980	13.152.796	13.116.684
Empreiteiros e fornecedores	427.383	427.383	465.993	465.993
Serviços a pagar	580.377	580.377	454.022	454.022
Compromisso Contratos de Programa	377.488	377.488	373.009	373.009
Parceria Público-Privada - PPP	3.401.689	3.401.689	3.413.124	3.413.124

Os critérios adotados para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, na preparação das informações trimestrais de 31 de março de 2019 são consistentes com aqueles utilizados para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

Notas Explicativas

5 Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Os principais julgamentos e estimativas contábeis são: (i) perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, (ii) ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa, (iii) obrigações previdenciárias – planos de pensão, (iv) imposto de renda e contribuição social diferidos e (v) provisões.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa e bancos	111.820	151.558
Equivalentes de caixa	2.093.263	2.877.633
	<u>2.205.083</u>	<u>3.029.191</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas (remuneradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2019 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 98,31% do CDI (em 31 de dezembro de 2018 – 98,28%).

7 Caixa restrito

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	17.357	19.977
Caixa Econômica Federal – depósito judicial (ii)	2.142	5.880
Outros	6.494	6.043
	<u>25.993</u>	<u>31.900</u>

(i) Refere-se ao valor deduzido do montante do repasse de 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal, referente às eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias, conforme estipulado no Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo; e

(ii) Refere-se à conta poupança destinada ao recebimento de depósitos judiciais sobre processos com trânsito em julgado a favor da Companhia, os quais ficam bloqueados conforme cláusula contratual.

Notas Explicativas

8 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	1.474.511	1.372.667
Acordos (iii)	373.514	347.679
	1.848.025	1.720.346
Entidades governamentais:		
Municipais	554.391	575.733
Federais	5.440	3.876
Acordos (iii)	266.099	274.906
	825.930	854.515
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Mogi das Cruzes	3.121	3.056
São Caetano do Sul	5.841	2.869
Total por atacado – Prefeituras Municipais	8.962	5.925
Fornecimento a faturar	570.041	571.072
Subtotal	3.252.958	3.151.858
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.081.080)	(1.099.442)
Total	2.171.878	2.052.416
Circulante	1.974.708	1.843.333
Não circulante	197.170	209.083
	2.171.878	2.052.416

(i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas;

(ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, etc.);

(iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, conforme previstos nos acordos; e

Notas Explicativas

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Clientes por atacado – Prefeituras municipais: (iv)		
Mauá	619.651	601.910
Mogi das Cruzes	3.121	3.056
Santo André	1.193.246	1.164.399
São Caetano do Sul	5.841	2.869
Diadema	222.671	222.671
Total de clientes por atacado – Prefeituras municipais	2.044.530	1.994.905

- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP. A Companhia não reconheceu receitas e recebíveis desses municípios de acordo com a IFRS 15 e IFRS 9, uma vez que não considera que seja provável que irá receber a contraprestação a que tem direito em troca dos serviços transferidos aos municípios.

Não foram reconhecidas receitas no montante de R\$ 46.433 e R\$ 73.178, no período de janeiro a março de 2019 e no mesmo período de 2018, respectivamente, pela baixa expectativa de recebimento.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Valores a vencer	1.520.067	1.449.927
Vencidos:		
Até 30 dias	334.858	330.310
Entre 31 e 60 dias	161.534	145.153
Entre 61 e 90 dias	82.487	83.679
Entre 91 e 120 dias	58.511	54.486
Entre 121 e 180 dias	106.322	89.740
Entre 181 e 360 dias	89.691	44.856
Acima de 360 dias	899.488	953.707
Total vencidos	1.732.891	1.701.931
Total	3.252.958	3.151.858

O acréscimo no saldo vencido refere-se, principalmente, ao aumento na inadimplência dos clientes particulares.

Notas Explicativas**(c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

	<u>Janeiro a março de 2019</u>	<u>Janeiro a março de 2018</u>
Saldo no início do período	1.099.442	1.067.973
De particular/entidades públicas	(9.857)	6.639
Recuperações	<u>(8.505)</u>	<u>(12.088)</u>
Adições/(recuperações) líquidas no período	<u>(18.362)</u>	<u>(5.449)</u>
Saldo no final do período	<u><u>1.081.080</u></u>	<u><u>1.062.524</u></u>

Reconciliação das perdas estimadas no resultado	<u>Janeiro a março de 2019</u>	<u>Janeiro a março de 2018</u>
Baixas	(22.812)	(27.567)
(Perdas)/reversão com entidades estaduais - partes relacionadas	(3.310)	(1.360)
(Perdas)/reversão com particular/entidades públicas	9.857	(6.639)
(Perdas)/reversão no fornecimento por atacado	-	(25.153)
Recuperações	<u>8.505</u>	<u>12.088</u>
Valor contabilizado como despesas com vendas	(7.760)	(48.631)

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais do total da receita.

Notas Explicativas

9 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de saneamento	125.716	122.522
Perdas estimadas	(37.130)	(33.820)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Fluxo mensal (pagamentos)	15.016	22.926
- Acordo GESP – 2015	65.450	62.520
Total do circulante	169.052	174.148
Não circulante:		
Acordo de parcelamento de serviços de saneamento	15.514	17.045
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Acordo GESP – 2015	654.505	652.057
Total do não circulante	670.019	669.102
Total de recebíveis do acionista	839.071	843.250
Ativos:		
Prestação de serviços de saneamento	104.100	105.747
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	734.971	737.503
Total	839.071	843.250
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	338.407	338.407
Outros (g)	680	8.694

Notas Explicativas

	<u>Janeiro a março de 2019</u>	<u>Janeiro a março de 2018</u>
Receita de serviços de saneamento	123.000	117.353
Recebimentos de partes relacionadas	(125.098)	(118.721)
Recebimento de reembolso GESP referente à Lei nº 4.819/58	(44.786)	(50.709)

(b) Valores controversos - GESP

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a SABESP possuía valores controversos com o GESP, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei nº 4.819/58), nos montantes de R\$ 1.126.243 e R\$ 1.107.104, respectivamente, sendo que para tais valores foram constituídas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

(c) Utilização de Reservatórios – EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretendia o recebimento de crédito e compensação financeira pelas alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia elétrica em decorrência da captação de água e compensação pelos custos já incorridos e a incorrer com a operação, a manutenção e a fiscalização dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações.

Diversas ações foram ajuizadas pela EMAE. Dentre elas estava em curso um procedimento arbitral com relação ao reservatório Guarapiranga e uma ação judicial em relação ao reservatório Billings, pretendendo, em ambos, compensação financeira em razão da captação de água pela SABESP para abastecimento público, alegando que tal conduta tem ocasionado perda permanente e crescente na capacidade de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Henry Borden com prejuízos financeiros.

Em 28 de outubro de 2016, foi assinado um acordo consubstanciado em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, visando o encerramento definitivo de litígios envolvendo as duas companhias. A eficácia do acordo se deu em 19 de outubro de 2017, após a superação das cláusulas suspensivas.

De acordo com o Instrumento particular de transação e outras avenças, ficou estabelecido os pagamentos conforme segue:

- R\$ 6.610 anuais, corrigidos monetariamente desde a data da assinatura deste instrumento, pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, sempre até o último dia útil do mês de outubro de cada exercício fiscal, sendo (i) o primeiro desses pagamentos anuais devido até o último dia útil do mês de outubro de 2017 e (ii) o último pagamento devido até o último dia útil do mês de outubro de 2042; e

- R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, sendo a primeira parcela de R\$ 9.254 com vencimento em 30 de abril de 2017 e as demais em 04 (quatro) parcelas de igual valor corrigidas monetariamente, com vencimento todo dia 30 (trinta) do mês de abril dos anos subsequentes, ou no primeiro dia útil seguinte.

Notas Explicativas

Com a celebração do Acordo todos os litígios entre as partes serão definitivamente encerrados e a Companhia continuará utilizando os reservatórios.

Além das ações que fizeram parte do acordo, em 11 de abril de 2016 a SABESP foi citada para os termos da ação de indenização promovida pelos acionistas minoritários da EMAE, objetivando o ressarcimento de danos sofridos pela EMAE consubstanciados nos valores que esta deixou de auferir em razão da redução da vazão desses reservatórios e da geração de energia elétrica ocasionadas pelo uso da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga pela SABESP, além de requerer que fosse esta condenada a ressarcir os lucros cessantes correspondentes ao que a EMAE deixou de ganhar em decorrência da falta de bombeamento de água dos rios Pinheiros e Tietê para a Usina Hidrelétrica Henry Borden. Em síntese, a alegação é de que o Estado de São Paulo, enquanto acionista controlador da EMAE, privilegiou, em detrimento desta, os interesses da SABESP ao permitir e consentir a captação de água dos reservatórios Billings e Guarapiranga, em prejuízo da vazão desses reservatórios e da geração de energia elétrica pela EMAE, sem a necessária compensação financeira, inviabilizando a utilização satisfatória da Usina Hidrelétrica Henry Borden. A referida ação judicial encontra-se em fase de instrução.

Em 7 de agosto de 2017, outro acionista minoritário da EMAE propôs uma ação contra a SABESP, a EMAE e a Agência Nacional de Energia Elétrica, ou ANEEL, requerendo a anulação da decisão da ANEEL que aprovou o acordo mencionado acima e a condenação da SABESP a indenizar a EMAE pelos danos sofridos. O autor alega que a decisão é ilegal e danosa, ameaçando a viabilidade operacional da central hidrelétrica Henry Borden e a segurança energética do Estado de São Paulo, da região Sudeste e do Brasil como um todo. O juiz extinguiu a ação sem julgamento de mérito. Houve recurso de apelação pelo autor que aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça.

O acordo firmado com a EMAE não resolverá necessariamente essas ações.

O saldo desse acordo em 31 de março de 2019 era de R\$ 16.054 e R\$ 93.714 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 16.055 e R\$ 90.518), registrado na rubrica de outras obrigações, no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(e) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

(f) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESB

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo que os gastos são integralmente cobrados. No período de janeiro a março de 2019 e no mesmo período de 2018, os gastos com os empregados cedidos pela SABESP às outras entidades estaduais somaram R\$ 1.454 e R\$ 2.131, respectivamente.

Notas Explicativas

Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da Companhia no período de janeiro a março de 2019 foram de R\$ 80, referente a um membro da diretoria. Não houve gastos no mesmo período de 2018.

(g) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 680 e R\$ 8.694 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(h) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 969 relativo a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(i) Sabesprev

A Companhia patrocina plano de benefício definido, operado e administrado pela Sabesprev. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de março de 2019 é de R\$ 364.770 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 363.902), conforme Nota 20 (b) (i).

(j) Remuneração da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos Diretores foi de R\$ 1.013 e R\$ 923 para o período de janeiro a março de 2019 e no mesmo período de 2018, respectivamente. Uma quantia adicional de R\$ 170 e R\$ 185, referente ao programa de bônus dos Diretores, foi registrada no período de janeiro a março de 2019 e no mesmo período de 2018, respectivamente.

(k) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPEs são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPEs Aquapolo Ambiental S/A e Attend Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

SPE	Principal	Juros	Total	Taxa de juros	Vencimento
Aquapolo Ambiental	19.000	14.462	33.462	CDI + 1,2% a.a.	(i)
Total	19.000	14.462	33.462		

- (i) Este contrato originalmente venceu em 30 de abril de 2015, tendo sido prorrogado para 30 de outubro de 2015, e em 25 de novembro de 2015 foi realizado novo aditamento alterando o cronograma de pagamento para três parcelas anuais, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2021 e a última em 30 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2019 o saldo de principal e juros deste contrato é de R\$ 33.462, contabilizado no Ativo Não Circulante da Companhia na rubrica "Demais Contas a Receber" (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 32.857). No período de janeiro a março de 2019 a receita financeira reconhecida foi de R\$ 605 (no período de janeiro a março de 2018 – R\$ 740).

Em 1º de março de 2019 foi realizada integralização de capital na Attend, no montante de R\$ 10.925, equivalente a 10.924.760 ações, mantendo de participação em 45%. A integralização foi realizada com saldo do contrato de mútuo que se encontrava em aberto no mesmo montante, dessa forma foi revertido no resultado o valor de R\$ 10.925 o qual estava provisionado para perdas e registrado em receitas financeiras o montante de R\$ 152 de juros e R\$ 68 de atualização monetária.

(I) Programa Se Liga na Rede

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 14.687/12, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Governo do Estado e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Até 31 de março de 2019 o valor total com o programa foi de R\$ 101.151 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 100.928), sendo que em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não havia saldo a receber com partes relacionadas. Em 31 de março de 2019 estava registrado o montante de R\$ 50.142 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 49.919) no grupo de intangível e foi reembolsado pelo GESP o montante de R\$ 51.009 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 51.009) do início do programa até 31 de março de 2019.

10 Agência Nacional de Águas - ANA

A Companhia possui contratos firmados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado".

O programa não financia obras ou equipamentos, remunera pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado. Nesse programa, a Agência Nacional de Águas (ANA) disponibiliza recursos, que ficam bloqueados em conta corrente específica e são aplicados em fundos de investimentos na Caixa Econômica Federal (CEF), até que sejam comprovados os cumprimentos das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras de cada contrato.

No momento da disponibilização dos recursos é constituído um passivo até que sejam liberados os recursos pela ANA. Após a comprovação das metas estipuladas em cada contrato é reconhecida a receita decorrente desses recursos, porém caso tais metas não sejam cumpridas os recursos são devolvidos ao Tesouro Nacional com os devidos rendimentos dos fundos. Em 31 de março de 2019 os saldos do ativo e do passivo eram de R\$ 43.965 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 49.136), sendo que o passivo está registrado na rubrica "outras obrigações" do passivo não circulante.

Notas Explicativas

11 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão não havendo, no entanto, capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou “negócios em conjunto” – CPC 19 (R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial.

O quadro a seguir apresenta o resumo das demonstrações financeiras das investidas e participação da SABESP:

	Patrimônio líquido		Aumento de capital	Dividendos distribuídos	Resultado do período		
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2019	(*)	Janeiro a março de 2018
Sesamm	42.899	43.547	-	-	1.419	(2.067)	1.492
Águas de Andradina	25.266	24.832	-	(623)	856	201	659
Águas de Castilho	6.268	6.084	-	(280)	345	119	292
Saneaqua Mairinque	5.407	5.720	-	(11)	(298)	(4)	(93)
Attend Ambiental	25.158	1.426	24.277	-	(128)	(417)	779
Aquapolo Ambiental	34.618	30.170	-	-	4.448	-	3.417
Paulista Geradora de Energia	7.512	7.625	-	-	(113)	-	(8)

Notas Explicativas

	Investimentos		Aumento de capital	Dividendos distribuídos	Resultado de equivalência patrimonial			Percentual de participação	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2019	(*)	Janeiro a março de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Sesamm	15.444	15.677	-	-	511	(744)	537	36%	36%
Águas de Andradina	7.580	7.450	-	(187)	257	60	198	30%	30%
Águas de Castilho	1.880	1.826	-	(84)	102	36	88	30%	30%
Saneaqua Mairinque	1.622	1.716	-	(3)	(89)	(2)	(28)	30%	30%
Attend Ambiental	11.321	642	10.925	-	(57)	(189)	350	45%	45%
Aquapolo Ambiental	16.963	14.783	-	-	2.180	-	1.674	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	1.878	1.905	-	-	(27)	-	(2)	25%	25%
Total	56.688	43.999	10.925	(274)	2.877	(839)	2.817		
Outros investimentos	365	588							
Total geral	57.053	44.587							

(*) Os montantes apresentados se referem a movimentações no Patrimônio Líquido das investidas, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, terem sido divulgadas após as demonstrações da Companhia.

12 Propriedades para Investimento

	31 de dezembro de 2018	Depreciação	31 de março de 2019
Propriedades para investimento	47.620	(12)	47.608
Total	47.620	(12)	47.608

	31 de dezembro de 2017	Depreciação	31 de março de 2018
Propriedades para investimento	57.652	(12)	57.640
Total	57.652	(12)	57.640

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado destas propriedades é de aproximadamente R\$ 386.000.

Notas Explicativas

13 Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização. Para mais informações referentes à capitalização de juros e margem de construção, registrados durante a fase de construção, vide Nota 14.

	31 de dezembro de 2018	Adições	Transferências de obras	31 de março de 2019
Ativos de:				
Contratos de concessão – valor patrimonial	910.414	52.786	(107.446)	855.754
Contratos de concessão – valor econômico	248.388	30.883	(6.883)	272.388
Contratos de programa	2.232.931	235.622	(50.796)	2.417.757
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	4.016.199	341.064	(68.015)	4.289.248
Licença de uso de software	16	7.036	(4.616)	2.436
Total	7.407.948	667.391	(237.756)	7.837.583

	1º de janeiro de 2018	Adições	Renovação de contratos	Transferências de obras	31 de março de 2018
Ativos de:					
Contratos de concessão – valor patrimonial	1.399.823	41.120	(8.745)	(13.728)	1.418.470
Contratos de concessão – valor econômico	233.362	45.883	-	(72.760)	206.485
Contratos de programa	2.020.464	95.572	8.745	(52.402)	2.072.379
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	6.733.533	491.993	-	(94.799)	7.130.727
Licença de uso de software	533	11.211	-	(11.744)	-
Total	10.387.715	685.779	-	(245.433)	10.828.061

Notas Explicativas

14 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	31 de março de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão – valor patrimonial	5.479.378	(1.411.882)	4.067.496	5.465.206	(1.391.862)	4.073.344
Contratos de concessão – valor econômico	1.993.025	(742.761)	1.250.264	1.948.255	(716.246)	1.232.009
Contratos de programa	12.825.037	(4.068.482)	8.756.555	12.710.937	(3.933.008)	8.777.929
Contratos de programa – compromissos	1.320.106	(251.187)	1.068.919	1.320.106	(240.555)	1.079.551
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	17.522.851	(4.264.408)	13.258.443	17.474.797	(4.083.345)	13.391.452
Licença de uso de software	753.881	(306.624)	447.257	748.962	(290.787)	458.175
Direito de uso	100.054	(8.510)	91.544	-	-	-
Total	39.994.332	(11.053.854)	28.940.478	39.668.263	(10.655.803)	29.012.460

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS 16	Adições	Transferência para indenização a receber	Transferência de obras	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de março de 2019
Intangíveis decorrentes de:									
Contratos de concessão – valor patrimonial	4.073.344	-	5	(4.345)	19.487	(875)	(23)	(20.097)	4.067.496
Contratos de concessão – valor econômico	1.232.009	-	-	-	31.050	14.284	(438)	(26.641)	1.250.264
Contratos de programa	8.777.929	-	209	-	117.040	(737)	(663)	(137.223)	8.756.555
Contratos de programa – compromissos	1.079.551	-	-	-	-	-	-	(10.632)	1.068.919
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	13.391.452	-	1.045	-	65.260	(14.721)	(1.986)	(182.607)	13.258.443
Licença de uso de software	458.175	-	-	-	4.919	-	-	(15.837)	447.257
Direito de uso	-	64.955	35.099	-	-	-	-	(8.510)	91.544
Total	29.012.460	64.955	36.358	(4.345)	237.756	(2.049)	(3.110)	(401.547)	28.940.478

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2017	Adições	Renovação de contratos	Transferências	Transferências de obras	Baixas e alienações	Amortização	31 de março de 2018
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão – valor patrimonial	5.741.791	4	(95.976)	(942)	13.728	(853)	(45.125)	5.612.627
Contratos de concessão – valor econômico	1.200.575	-	-	(26.028)	72.760	(5)	(23.387)	1.223.915
Contratos de programa	5.574.602	137	95.976	11.742	52.402	(759)	(75.488)	5.658.612
Contratos de programa – compromissos	910.375	-	-	-	-	-	(9.280)	901.095
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	9.183.482	466	-	16.006	94.799	(2.644)	(147.218)	9.144.891
Licença de uso de software	467.592	-	-	-	11.744	-	(17.824)	461.512
Total	23.078.417	607	-	778	245.433	(4.261)	(318.322)	23.002.652

(c) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

Durante o período findo em 31 de março de 2019 não houve alterações significativas nos critérios de contabilização do intangível e modalidades de contratos.

A Companhia possui obrigações registradas na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante no montante de R\$ 260.017 e R\$ 230.695 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, e no passivo não circulante no montante de R\$ 117.471 e R\$ 142.314 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente.

(d) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

No período de janeiro a março de 2019, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 80.014, incluindo o Sistema Produtor São Lourenço e Arrendamentos Mercantis (no período de janeiro a março de 2018 – R\$ 143.041), durante o período de construção.

(e) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 31 de março de 2019 e de 2018 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para período de janeiro a março de 2019 e o mesmo período de 2018 foi de R\$ 13.569 e R\$ 14.551, respectivamente.

Notas Explicativas

(f) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações são registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. No período de janeiro a março de 2019, o total referente às desapropriações foi de R\$ 7.819 (no período de janeiro a março de 2018 – R\$ 9.695).

(g) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP possui transações relacionadas às PPPs mencionadas a seguir. Estas transações e suas respectivas garantias e obrigações estão suportadas em contratos efetuados com base na Lei nº 11.079/04.

Sistema Produtor Alto Tietê

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado a esta PPP, era de R\$ 356.966 e R\$ 359.759, respectivamente.

No período de janeiro a março de 2019 foi utilizada a taxa de desconto de 8,20% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato. As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão demonstradas no próximo quadro.

A SABESP cede mensalmente à sociedade de propósito específico CAB Sistema Produtor Alto Tietê S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 10.361, correspondente ao valor da remuneração mensal. O valor indicado acima é reajustado anualmente pelo IPC – FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia está efetiva desde o início da operação, e valerá até o término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Sistema Produtor São Lourenço

Em maio de 2018, foi concluída a transferência do controle acionário da sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A para a CGGC Construtora do Brasil Ltda., anteriormente formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A.

Notas Explicativas

A PPP - Sistema Produtor São Lourenço (SPSL) entrou em operação definitiva em 10 de julho de 2018, em atendimento a cláusula contratual que prevê essa possibilidade por meio da comprovação de capacidade operacional plena do sistema, sem, contudo, implicar a Aceitação das Obras. Dessa forma iniciou-se a Fase de Prestação de Serviços, com o consequente pagamento das contraprestações devidas, paralelamente à realização da etapa de encerramento da Fase de Obras.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionada a esta PPP, era de R\$ 3.240.543 e R\$ 3.208.464, respectivamente. O Sistema Produtor São Lourenço teve suas principais obras finalizadas no 1º trimestre de 2019 e o encerramento desta fase está previsto para o 2º trimestre de 2019, após verificação de atendimento às cláusulas contratuais e inexistência de pendências documentais.

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão demonstradas no quadro a seguir, sendo que o aumento nos saldos do intangível e do passivo ocorreu devido ao avanço na evolução das obras em 2019.

	31 de março de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
Alto Tietê	40.042	241.802	281.844	39.283	252.093	291.376
São Lourenço	82.389	3.037.456	3.119.845	98.544	3.023.204	3.121.748
Total	122.431	3.279.258	3.401.689	137.827	3.275.297	3.413.124

(h) Obras em andamento

Com a adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, em 1º de janeiro de 2018, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, anteriormente reconhecidos como parte do ativo intangível como obras em andamento foram, reclassificados para a rubrica ativo de contrato, conforme nota explicativa 13, no montante de R\$ 10.387 milhões.

Em 31 de março de 2019 o montante registrado como ativo de contrato era de R\$ 7.838 milhões

(i) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 4,4% e 4,1% em 31 de março de 2019 e de 2018, respectivamente.

(j) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Foi implementado em 10 de abril de 2017, o Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Enterprise Resource Planning – SAP ERP), que inclui o módulo administrativo/financeiro. A implantação do módulo comercial está em andamento.

Notas Explicativas

(k) Direitos de uso

A conta patrimonial de Direitos de uso criada pela Companhia em 1º de janeiro de 2019, reflete a alteração exigida pela norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), a qual requer que o arrendatário reconheça o ativo de direito de uso e o passivo dos arrendamentos, podendo não aplica-lá aos de curto prazo e baixo valor. Para estes casos, a SABESP manteve em seu resultado o total de R\$ 12.723.

Saldo patrimonial:

Natureza	31 de março de 2019
Veículos	87.502
Imóveis	8.120
Equipamentos	684
Outros	3.748
Amortização acumulada	(8.510)
Total	91.544

O passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos. Vide mais informações conforme Nota 16.

15 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	31 de março de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	92.962	-	92.962	92.979	-	92.979
Edificações	78.548	(39.307)	39.241	79.086	(38.961)	40.125
Equipamentos	362.095	(235.905)	126.190	372.872	(256.786)	116.086
Equipamentos de transporte	11.324	(7.928)	3.396	11.333	(7.860)	3.473
Móveis e utensílios	28.374	(13.024)	15.350	27.250	(13.672)	13.578
Outros	2.285	(304)	1.981	1.659	(288)	1.371
Total	575.588	(296.468)	279.120	585.179	(317.567)	267.612

Notas Explicativas

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2018	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de março de 2019
Terrenos	92.979	-	(17)	-	-	92.962
Edificações	40.125	16	(323)	-	(577)	39.241
Equipamentos	116.086	17.473	882	(27)	(8.224)	126.190
Equipamentos de transporte	3.473	296	(188)	-	(185)	3.396
Móveis e utensílios	13.578	657	1.424	(6)	(303)	15.350
Outros	1.371	354	271	-	(15)	1.981
Total	267.612	18.796	2.049	(33)	(9.304)	279.120

	31 de dezembro de 2017	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de março de 2018
Terrenos	92.507	-	-	-	-	92.507
Edificações	42.360	-	-	-	(579)	41.781
Equipamentos	103.803	2.767	(733)	(14)	(8.500)	97.323
Equipamentos de transporte	3.680	-	-	-	(199)	3.481
Móveis e utensílios	11.816	19	(45)	(7)	(274)	11.509
Outros	884	-	-	-	(13)	871
Total	255.050	2.786	(778)	(21)	(9.565)	247.472

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são conforme segue: edificações 3,0%; equipamentos 16,6%; equipamentos de transportes 9,9% e móveis e utensílios 6,8% e são revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação em 31 de março de 2019 e de 2018 foi de 12,3% e 12,7%, respectivamente.

Notas Explicativas

16 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira

Em moeda nacional

	31 de março de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante
Debêntures 10ª Emissão	42.554	34.458		77.012	42.493	40.194
Debêntures 12ª Emissão	45.450	237.904		283.354	45.450	249.249
Debêntures 14ª Emissão	41.528	80.970		122.498	41.270	103.005
Debêntures 15ª Emissão	-	-	-	-	359.394	-
Debêntures 17ª Emissão	282.475	256.731		539.206	279.100	532.691
Debêntures 18ª Emissão	33.687	161.431		195.118	33.469	165.267
Debêntures 20ª Emissão	-	-	-	-	248.334	-
Debêntures 21ª Emissão	-	499.610		499.610	-	499.604
Debêntures 22ª Emissão	-	759.224		759.224	-	756.040
Caixa Econômica Federal	76.327	1.271.377		1.347.704	75.223	1.266.592
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	12.705	-	-	12.705	16.899	-
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	11.167	36.206		47.373	11.227	39.169
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	4.375	17.769		22.144	4.364	18.811
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	3.194	22.357		25.551	3.186	23.100
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	23.689	118.260		141.949	23.632	123.875
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	30.663	245.146		275.809	30.589	252.197
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	31.692	484.027		515.719	31.615	490.729
Arrendamento Mercantil	19.450	550.313		569.763	19.077	549.589
Arrendamento Mercantil (IFRS 16)	43.512	49.855		93.367	-	-
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	1.383	7.837		9.220	1.380	8.163
Juros e Demais Encargos	34.063	-	-	34.063	98.410	-
Total em moeda nacional	737.914	4.833.475		5.571.389	1.365.112	5.118.275

Notas Explicativas

	31 de março de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Não		Total	Não		Total
	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	
Saldo devedor de empréstimos e financiamentos						
Instituição financeira						
Em moeda estrangeira						
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$66.808 mil (dez/18 – US\$71.947 mil)	40.051	220.279	260.330	39.826	238.954	278.780
Inter-American Development Bank - BID 2202 – US\$526.527 mil (dez/18 – US\$544.457 mil)	124.347	1.911.615	2.035.962	124.098	1.969.565	2.093.663
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD – US\$91.286 mil (dez/18 – US\$91.286 mil)	23.691	331.739	355.430	11.779	341.646	353.425
Deutsche Bank – US\$75.000 mil (dez/18 – US\$75.000 mil)	291.032	-	291.032	288.479	-	288.479
Eurobônus – US\$350.000 mil (dez/18 – US\$350.000 mil)	-	1.362.403	1.362.403	-	1.354.532	1.354.532
JICA 15 – Iene 12.100.515 mil (dez/18 – Iene 12.676.730 mil)	40.577	385.482	426.059	40.646	406.462	447.108
JICA 18 – Iene 10.879.680 mil (dez/18 – Iene 11.397.760 mil)	36.483	346.372	382.855	36.545	365.230	401.775
JICA 17 – Iene 2.226.960 mil (dez/18 – Iene 1.826.957 mil)	11.815	65.792	77.607	11.835	51.786	63.621
JICA 19 – Iene 32.504.203 mil (dez/18 – Iene 31.561.726 mil)	63.745	1.078.643	1.142.388	64.028	1.047.081	1.111.109
BID 1983AB – US\$58.462 mil (dez/18 – US\$58.462 mil)	68.942	156.766	225.708	68.554	155.653	224.207
Juros e Demais Encargos	49.597	-	49.597	52.710	-	52.710
Total em moeda estrangeira	750.280	5.859.091	6.609.371	738.500	5.930.909	6.669.409
Total dos empréstimos e financiamentos	1.488.194	10.692.566	12.180.760	2.103.612	11.049.184	13.152.796

Cotação de 31 de março de 2019: US\$ – R\$ 3,8967; Iene – R\$ 0,03521 (em 31 de dezembro de 2018: US\$ – R\$ 3,8748; Iene – R\$ 0,03527).
Em 31 de março de 2019 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos, captados durante o ano, com vencimento em até 12 meses.

Notas Explicativas

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 10ª Emissão	Recursos próprios	2020	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	Recursos próprios	2022	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	Recursos próprios	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 17ª Emissão	Recursos próprios	2023	CDI + 0,75% (1ª série) e 4,5% (2ª série) e 4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª série)
Debêntures 18ª Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92 % (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 20ª Emissão	Recursos próprios	2019	CDI + 3,80%	
Debêntures 21ª Emissão	Recursos próprios	2022	CDI + 0,60% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série)	
Debêntures 22ª Emissão	Recursos próprios	2025	CDI + 0,58% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série) e 6,0% (3ª série)	IPCA (3ª série)
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2019/2039	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	Recursos próprios	2019	TJLP + 2,5%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	TJLP + 2,15%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	TJLP + 1,92%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	Recursos próprios	2028	TJLP + 1,66%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	Recursos próprios	2035	TJLP + 2,5%	
Arrendamento Mercantil		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Arrendamento Mercantil (IFRS 16)		2023	7,02% a 10,47%	
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	Recursos próprios	2025	TJLP + 1,5% (FINEP)	

Notas Explicativas

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Varição cambial
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$66.808 mil	Governo Federal	2025	3,31% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 2202 – US\$526.527 mil	Governo Federal	2035	3,42% (*)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD – US\$91.286 mil	Governo Federal	2034	2,85% (*)	US\$
Deutsche Bank – US\$75.000 mil	-	2019	4,50% (*)	US\$
Eurobônus – US\$350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 12.100.515 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18 – Iene 10.879.680 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17 – Iene 2.226.960 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19 – Iene 32.504.203 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$58.462 mil	-	2023	2,08% a 2,38% (*)	US\$

(*) Taxas compostas pela LIBOR + spread definido contratualmente.

Notas Explicativas

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de março de 2019

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 até 2039	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	117.925	593.632	481.515	560.631	363.834	206.601	151.884	2.476.022
Caixa Econômica Federal	57.078	78.813	82.956	87.424	79.923	78.310	883.200	1.347.704
BNDES	91.289	103.423	102.970	102.970	97.298	91.803	451.497	1.041.250
Arrendamento Mercantil	13.823	36.481	38.348	40.378	43.175	45.055	352.503	569.763
Arrendamento Mercantil (IFRS 16)	32.703	41.414	18.885	302	63	-	-	93.367
FINEP	1.037	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.268	9.220
Juros e Demais Encargos	27.237	6.826	-	-	-	-	-	34.063
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	341.092	861.972	726.057	793.088	585.676	423.152	1.840.352	5.571.389
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	82.199	164.397	164.397	164.397	164.397	164.397	1.392.108	2.296.292
BIRD	11.845	23.691	23.691	23.691	23.691	23.691	225.130	355.430
Deutsche Bank	291.032	-	-	-	-	-	-	291.032
Eurobônus	-	1.362.403	-	-	-	-	-	1.362.403
JICA	82.305	144.795	144.795	144.795	144.795	144.795	1.222.629	2.028.909
BID 1983AB	68.942	68.309	29.975	29.975	28.507	-	-	225.708
Juros e Demais Encargos	49.597	-	-	-	-	-	-	49.597
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	585.920	1.763.595	362.858	362.858	361.390	332.883	2.839.867	6.609.371
Total Geral	927.012	2.625.567	1.088.915	1.155.946	947.066	756.035	4.680.219	12.180.760

Notas Explicativas

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2018	Adição conforme IFRS 16	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de março de 2019
EM MOEDA NACIONAL												
Debêntures	3.486.861	-	-	(188)	15.090	-	(116.081)	(936.628)	46.805	4.556	2.186	2.502.601
Caixa Econômica Federal	1.345.684	-	25.900	-	-	-	(26.833)	(20.007)	18.625	8.223	-	1.351.592
BNDES	1.072.605	-	-	-	1.918	638	(20.038)	(30.752)	15.506	4.889	52	1.044.818
Arrendamento Mercantil	568.666	-	-	-	-	1.729	(9.528)	(4.545)	9.497	3.944	-	569.763
Arrendamento Mercantil (IFRS 16)*	-	100.054	-	-	-	-	(175)	(7.759)	1.247	-	-	93.367
FINEP	9.571	-	-	-	23	-	(171)	(345)	170	-	-	9.248
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	6.483.387	100.054	25.900	(188)	17.031	2.367	(172.826)	(1.000.036)	91.850	21.612	2.238	5.571.389
EM MOEDA ESTRANGEIRA												
BID	2.399.985	-	-	-	(7.608)	17.464	(40.579)	(86.249)	6.772	14.151	239	2.304.175
BIRD	356.420	-	-	-	1.389	611	(5.014)	-	2.102	387	5	355.900
Deutsche Bank	292.872	-	-	-	1.643	-	(6.119)	-	5.563	548	911	295.418
Eurobônus	1.358.412	-	-	-	7.665	-	-	-	22.829	2.264	206	1.391.376
JICA	2.036.128	-	78.143	(40)	(4.193)	(903)	(16.626)	(67.757)	7.373	503	46	2.032.674
BID 1983AB	225.592	-	-	-	1.280	-	-	-	2.489	244	223	229.828
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	6.669.409	-	78.143	(40)	176	17.172	(68.338)	(154.006)	47.128	18.097	1.630	6.609.371
Total Geral	13.152.796	100.054	104.043	(228)	17.207	19.539	(241.164)	(1.154.042)	138.978	39.709	3.868	12.180.760

(*) O valor apresentado em captações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) contempla R\$ 64.955 referente à adoção inicial da norma em 1º de janeiro de 2019.

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2017	Captações	Custos de captações	Arrendamento Mercantil	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de março de 2018
EM MOEDA NACIONAL												
Debêntures	3.576.842	750.000	(2.294)	-	18.204	-	(104.183)	(537.322)	51.440	11.043	792	3.764.522
Caixa Econômica Federal	1.236.674	57.531	-	-	-	-	(24.588)	(27.565)	19.709	4.924	-	1.266.685
BNDES	1.042.036	79.000	-	-	1.426	761	(19.936)	(22.138)	6.823	12.662	52	1.100.686
Arrendamento Mercantil	561.616	-	-	8.695	-	-	-	(4.157)	-	-	-	566.154
Outros	10.977	-	-	-	18	-	(204)	(202)	200	3	-	10.792
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	6.428.145	886.531	(2.294)	8.695	19.648	761	(148.911)	(591.384)	78.172	28.632	844	6.708.839
EM MOEDA ESTRANGEIRA												
BID	1.743.257	32.772	(1.139)	-	(3.490)	11.336	(20.457)	(56.971)	5.723	5.006	204	1.716.241
BIRD	303.278	-	-	-	598	845	(2.634)	-	1.010	240	5	303.342
Deutsche Bank	496.726	-	-	-	2.370	-	(8.449)	-	7.156	1.531	902	500.236
Eurobônus	1.158.642	-	-	-	5.530	-	-	-	17.025	4.375	205	1.185.777
JICA	1.700.448	27.241	(63)	-	105.706	750	(15.609)	(33.343)	8.102	142	43	1.793.417
BID 1983AB	270.470	-	-	-	1.302	-	-	-	2.054	463	335	274.624
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	5.672.821	60.013	(1.202)	-	112.016	12.931	(47.149)	(90.314)	41.070	11.757	1.694	5.773.637
Total Geral	12.100.966	946.544	(3.496)	8.695	131.664	13.692	(196.060)	(681.698)	119.242	40.389	2.538	12.482.476

Notas Explicativas

(i) Principais eventos no período de três meses findo em 31 de março de 2019

(a) Debêntures

Em 15 de janeiro de 2019, a Companhia amortizou a 1ª parcela da 2ª série da 17ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 279.797.

Em 15 de fevereiro de 2019, a Companhia amortizou a 2ª e última parcela da 2ª série da 15ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 361.593.

Em 26 de março de 2019, a Companhia quitou antecipadamente a 20ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 250.000.

(b) CEF

Em 2019 ocorreram captações, no montante de R\$ 25.900 e amortizações, no montante de R\$ 20.007.

(c) BNDES

Em 2019 ocorreram amortizações, no montante de R\$ 30.752.

(d) JICA

Em 2019 ocorreram captações referente aos contratos do JICA 17 e JICA 19, no montante de R\$ 78.143 e amortizações referentes aos contratos JICA 15, JICA 18 e JICA 19, no montante de R\$ 67.757.

(e) BID

Em 2019 ocorreram amortizações referentes aos contratos BID 1212 e BID 2202, nos montantes de R\$ 19.369 e R\$ 66.880, respectivamente.

(f) Variação cambial

No trimestre findo em 31 de março de 2019 não houve variação relevante nas taxas de câmbio do dólar e do iene.

(ii) Covenants

Em 31 de março de 2019, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

(iii) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	31 de março de 2019
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	1.882
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	1.459
Agência Japonesa para Cooperação Internacional – JICA	128
Outros	38
TOTAL	3.507

(*) Utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento da venda na data 31 de março de 2019 (¥ 1,00 = R\$ 0,03521).

A SABESP, para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

17 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Impostos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	314.505	361.758
IRRF sobre aplicações financeiras	9.052	6.423
Outros tributos federais	12.522	12.522
Total	336.079	380.703

(b) Passivo circulante

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Impostos e contribuições a recolher		
Cofins e Pasep	91.405	82.381
INSS	37.780	38.871
IRRF	25.552	66.825
Outros	13.300	12.486
Total	168.037	200.563

Notas Explicativas

18 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Impostos diferidos ativo		
Provisões	305.576	337.833
Obrigações previdenciárias – G1	157.255	157.044
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	53.473	54.131
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	193.105	197.920
Outros	182.690	186.887
Total do ativo fiscal diferido	892.099	933.815
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(427.496)	(433.842)
Capitalização de custos de empréstimos	(420.001)	(420.978)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(207.951)	(206.978)
(Ganho)/perda atuarial – Plano G1	(36.430)	(36.430)
Margem de construção	(85.473)	(86.164)
Custas de captação	(9.414)	(10.665)
Total do passivo fiscal diferido	(1.186.765)	(1.195.057)
Ativo/(passivo) fiscal diferido líquido	(294.666)	(261.242)

Notas Explicativas**(b) Movimentação**

	31 de dezembro de 2018	Variação líquida	31 de março de 2019
Impostos diferidos ativo			
Provisões	337.833	(32.257)	305.576
Obrigações previdenciárias – G1	157.044	211	157.255
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	54.131	(658)	53.473
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	197.920	(4.815)	193.105
Outros	186.887	(4.197)	182.690
Total	933.815	(41.716)	892.099
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(433.842)	6.346	(427.496)
Capitalização de custos de empréstimos	(420.978)	977	(420.001)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(206.978)	(973)	(207.951)
(Ganho)/perda atuarial – G1	(36.430)	-	(36.430)
Margem de construção	(86.164)	691	(85.473)
Custas de captação	(10.665)	1.251	(9.414)
Total	(1.195.057)	8.292	(1.186.765)
Ativo/(passivo) fiscal diferido líquido	(261.242)	(33.424)	(294.666)

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2017	Variação líquida	31 de março de 2018
Impostos diferidos ativo			
Provisões	482.863	(7.015)	475.848
Obrigações previdenciárias – G1	165.503	(3.090)	162.413
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	55.112	(668)	54.444
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	199.063	7.930	206.993
Outros	151.562	23.655	175.217
Total	<u>1.054.103</u>	<u>20.812</u>	<u>1.074.915</u>
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(460.177)	7.499	(452.678)
Capitalização de custos de empréstimos	(415.379)	(2.242)	(417.621)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(76.705)	(9.216)	(85.921)
Ganho/perda atuarial – G1	(36.538)	-	(36.538)
Margem de construção	(88.947)	692	(88.255)
Custas de captação	(13.111)	84	(13.027)
Total	<u>(1.090.857)</u>	<u>(3.183)</u>	<u>(1.094.040)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(36.754)</u>	<u>17.629</u>	<u>(19.125)</u>

Notas Explicativas

(c) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31 de março de 2019</u>	<u>31 de março de 2018</u>
Lucro antes dos impostos	991.200	888.672
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa esperada à taxa nominal	(337.008)	(302.148)
Diferenças permanentes		
Provisão Lei nº 4.819/58 – G0 (i)	(11.926)	(12.323)
Doações	(986)	(657)
Outras diferenças	<u>6.011</u>	<u>6.887</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(343.909)</u>	<u>(308.241)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(310.485)	(325.870)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.424)	17.629
Alíquota efetiva	35%	35%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (Nota 20 (b) (iii)).

Notas Explicativas

19 Provisões

(a) Processos e ações que resultam em provisões

(I) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração reconhece provisões de forma consistente com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na nota explicativa 3.15 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2018. O prazo e os montantes dos pagamentos dependem do resultado dos processos judiciais. As provisões estão líquidas de depósitos judiciais, e estão assim demonstradas:

	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	31 de março de 2019	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	31 de dezembro de 2018
Ações com clientes (i)	235.219	(13.077)	222.142	290.649	(43.841)	246.808
Ações com fornecedores (ii)	26.755	(408)	26.347	67.985	(24.380)	43.605
Outras questões cíveis (iii)	87.180	(2.640)	84.540	98.302	(13.519)	84.783
Ações tributárias (iv)	57.999	(3.645)	54.354	63.335	(8.091)	55.244
Ações trabalhistas (v)	303.748	(8.668)	295.080	302.935	(10.932)	292.003
Ações ambientais (vi)	187.852	-	187.852	170.419	-	170.419
Total	898.753	(28.438)	870.315	993.625	(100.763)	892.862
Circulante	504.394	-	504.394	458.387	-	458.387
Não circulante	394.359	(28.438)	365.921	535.238	(100.763)	434.475

(II) Movimentação

	31 de dezembro de 2018	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de março de 2019
Ações com clientes (i)	290.649	4.061	6.356	(39.259)	(26.588)	235.219
Ações com fornecedores (ii)	67.985	4.710	7.159	(25.970)	(27.129)	26.755
Outras questões cíveis (iii)	98.302	1.372	1.738	(936)	(13.296)	87.180
Ações tributárias (iv)	63.335	110	622	(4.490)	(1.578)	57.999
Ações trabalhistas (v)	302.935	17.173	8.720	(12.582)	(12.498)	303.748
Ações ambientais (vi)	170.419	12.293	5.348	-	(208)	187.852
Subtotal	993.625	39.719	29.943	(83.237)	(81.297)	898.753
Depósitos judiciais vinculados	(100.763)	(1.173)	(288)	15.762	58.024	(28.438)
Total	892.862	38.546	29.655	(67.475)	(23.273)	870.315

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2017	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de março de 2018
Ações com clientes (i)	438.619	1.281	8.159	(19.285)	(13.802)	414.972
Ações com fornecedores (ii)	332.037	20.049	2.345	(26.287)	(1.506)	326.638
Outras questões cíveis (iii)	114.544	2.584	2.826	(3.725)	(7.843)	108.386
Ações tributárias (iv)	77.100	4.583	1.223	(2.431)	(5.240)	75.235
Ações trabalhistas (v)	299.842	17.583	7.740	(5.131)	(13.447)	306.587
Ações ambientais (vi)	160.446	10.205	5.027	-	(5.539)	170.139
Subtotal	1.422.588	56.285	27.320	(56.859)	(47.377)	1.401.957
Depósitos judiciais vinculados	(344.384)	(27.680)	(2.823)	3.942	3.108	(367.837)
Total	1.078.204	28.605	24.497	(52.917)	(44.269)	1.034.120

(b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os passivos contingentes estão assim representados:

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Ações com clientes (i)	211.800	207.600
Ações com fornecedores (ii)	1.491.100	1.459.100
Outras questões cíveis (iii)	732.700	719.300
Ações tributárias (iv)	1.640.100	1.439.100
Ações trabalhistas (v)	620.700	624.200
Ações ambientais (vi)	4.502.000	4.343.800
Total	9.198.400	8.793.100

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 830 ações (em 31 de dezembro de 2018 – 890 ações) foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, 460 ações (em 31 de dezembro de 2018 – 490 ações) em que clientes pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e 40 ações (em 31 de dezembro de 2018 – 40 ações) nas quais clientes pleiteiam a redução de tarifa com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social.

Notas Explicativas

(ii) Ações com fornecedores

Estas ações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e estão em tramitação nas diversas esferas judiciais.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se, principalmente, à indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, tais como acidentes de veículos, sinistros, questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, entre outros, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(iv) Ações Tributárias

Referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos e multas de postura geral, questionadas em virtude da discordância quanto a autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia.

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais.

(vi) Ações Ambientais

Referem-se a diversos processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual na qual se encontram os referidos processos.

(d) Seguro garantia de depósitos judiciais

A Companhia contrata seguro para emissão de apólice na modalidade de seguro judicial, o qual foi renovado em 25 de maio de 2018 no montante de R\$ 500 milhões. A finalidade desse seguro é a utilização em demandas judiciais uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais limitado ao período de até cinco anos.

A Companhia utilizou o montante de R\$ 21.811 de seguro garantia de janeiro a março de 2019 (não utilizou o seguro garantia de janeiro a março de 2018), restando R\$ 449.745 em aberto do contrato vigente.

Notas Explicativas

20 Benefícios a funcionários

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Sabesprev e constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no período foram as seguintes:

- . Da Companhia: 7,9% em média da folha bruta de salários;
- . Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,7% da folha de pagamento.

Os planos de saúde que atendem os empregados da SABESP são administrados pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev, operadora na modalidade de autogestão. Entretanto, desde fevereiro de 2019 está em curso um processo de avaliação/estudos de um Convênio de Adesão com uma outra entidade de autogestão, a Fundação CESP - Funesp. Esta solução mantém a estratégia de remodelagem da prestação de serviços médicos à SABESP.

A Sabesprev tem a obrigatoriedade de manter o patrimônio líquido superior a margem de solvência para garantia da sua operação, conforme regras do órgão regulador, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, motivo pelo qual no primeiro trimestre de 2019 houve a necessidade de aporte adicional de recursos pela SABESP, no montante de R\$ 53,0 milhões, tendo em vista o desequilíbrio verificado em função da elevação dos custos assistenciais, de forma a garantir os parâmetros exigidos pela ANS.

(b) Planos de benefícios previdenciários

Plano financiado – G1

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2018	363.902
Despesas reconhecidas em 2019	10.019
Pagamentos efetuados em 2019	<u>(9.151)</u>
Obrigações previdenciárias em 31 de março de 2019 (i)	364.770

Plano não financiado – G0

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2018	2.606.107
Despesas reconhecidas em 2019	56.841
Pagamentos efetuados em 2019	<u>(40.905)</u>
Obrigações previdenciárias em 31 de março de 2019 (iii)	<u>2.622.043</u>

Total	<u><u>2.986.813</u></u>
-------	-------------------------

Notas Explicativas

(i) Plano G1

Administrado pela Sabesp, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesp que é o seguinte:

- 0,99% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 8,39% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 364.770 (R\$ 363.902 em 31 de dezembro de 2018) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos do plano.

(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 31 de março de 2019, o Plano Sabesp Mais, modelado em contribuição definida tinha 9.888 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2018 – 9.586).

Para o Plano Sabesp Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante. Em 2019 os gastos relacionados à obrigação de contribuição definida, nos montantes de R\$ 3.560, R\$ 471 e R\$ 939, foram alocados em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas, respectivamente. O montante de R\$ 492 foi capitalizado no ativo.

A Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 5.462, para o período de janeiro a março de 2019 (R\$ 4.989 – janeiro a março de 2018).

(iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/58, funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e se aposentaram como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de março de 2019, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 2.622.043 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 2.606.107).

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2019, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas.

No período de janeiro a março de 2019 e 2018 foram provisionados, na rubrica “Salários e encargos”, os montantes de R\$ 22.802 e R\$ 24.619, respectivamente.

Notas Explicativas

21 Serviços a pagar

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar do repasse de 7,5% da receita do Município de São Paulo para o Fundo Municipal (Nota 15 (c) (v) (6) das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2018). Os saldos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 eram de R\$ 580.377 e R\$ 454.022, respectivamente.

22 Programa de Retenção do Conhecimento

A SABESP implantou em junho de 2018 o Programa de Retenção do Conhecimento – PRC, com o objetivo de oferecer condições para o planejamento de pessoal e atenuar o impacto com a saída dos empregados que possuem conhecimento estratégico adquirido ao longo do tempo.

O período de inscrições no Programa era de 2 de julho de 2018 a 31 de outubro de 2018, no entanto o prazo final foi prorrogado para 30 de novembro de 2018 e as rescisões contratuais serão efetivadas conforme cronograma previamente estabelecido, no período de vigência do Programa, ou seja, de 2 de janeiro de 2019 a 30 de dezembro de 2020.

Para os inscritos fica garantido o cumprimento das cláusulas contidas em Acordo Coletivo de Trabalho vigente na data de seu desligamento e será concedido incentivo indenizatório proporcional ao tempo de serviço na SABESP, equivalente ao percentual do saldo do FGTS, para fins rescisórios, na data do desligamento, conforme tabela a seguir:

Tempo de serviço na SABESP (anos)	% do saldo do FGTS
mais de 15	40%
11 - 15	30%
6 - 10	15%
0 - 5	5%

No primeiro trimestre de 2019 foi registrado uma baixa de R\$ 22.766 decorrente da saída dos empregados que se inscreveram no Programa. Em 31 de março de 2019, o saldo total era de R\$ 273.705, sendo R\$ 28.438 no passivo circulante e R\$ 245.267 no passivo não circulante.

Em 31 de março de 2019 e de 2018 o montante total provisionado referente ao TAC era de R\$ 144.270 e R\$ 267.500, respectivamente, sendo R\$ 139.166 (R\$ 260.785 em 2018) registrado no passivo circulante e R\$ 5.104 (R\$ 6.715 em 2018) no passivo não circulante.

Notas Explicativas

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado é composto de 683.509.869 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31 de março de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,26%	343.524.285	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	222.124.772	32,50%	212.612.143	31,10%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	115.771.267	16,93%	125.278.967	18,33%
Outros	2.089.545	0,31%	2.094.474	0,31%
	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>

(*) cada ADR corresponde a 1 ação.

24 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	647.291	580.431
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>683.509.869</u>	<u>683.509.869</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>0,94701</u>	<u>0,84919</u>

Notas Explicativas

25 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu o segmento operacional utilizado para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviços de saneamento.

Resultado

	Janeiro a março de 2019		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	3.536.147	603.527	4.139.674
Deduções da receita bruta	(261.170)	-	(261.170)
Receita operacional líquida	3.274.977	603.527	3.878.504
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.156.481)	(589.958)	(2.746.439)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.118.496	13.569	1.132.065
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas			7.827
Equivalência patrimonial			1.764
Resultado financeiro, líquido			(150.456)
Lucro operacional antes dos impostos			991.200
Depreciação e amortização	(410.863)	-	(410.863)

- (i) Vide nota explicativa 31 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.
- (ii) Receita de construção e custos relacionados não analisados pelo principal gestor das decisões operacionais da Companhia.

Notas Explicativas

	Janeiro a março de 2018		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	3.280.846	647.203	3.928.049
Deduções da receita bruta	(228.381)	-	(228.381)
Receita operacional líquida	3.052.465	647.203	3.699.668
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.998.720)	(632.652)	(2.631.372)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.053.745	14.551	1.068.296
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas			11.492
Equivalência patrimonial			2.817
Resultado financeiro, líquido			(193.933)
Lucro operacional antes dos impostos			888.672
Depreciação e amortização	(327.899)	-	(327.899)

(i) Vide nota explicativa 31 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.

(ii) Receita de construção e custos relacionados não analisados pelo principal gestor das decisões operacionais da Companhia.

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras.

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos são:

	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2018
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	603.527	647.203
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	(589.958)	(632.652)
Margem de construção	13.569	14.551

(a) A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Vide Nota 14 (e).

Notas Explicativas

26 Receitas operacionais

(a) Receita de serviços de saneamento:

	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2018
Região Metropolitana de São Paulo	2.468.134	2.280.557
Sistemas Regionais	1.068.013	1.000.289
Total	3.536.147	3.280.846

(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2018
Receita de serviços de saneamento (i)	3.536.147	3.280.846
Receita de construção	603.527	647.203
Impostos sobre vendas	(246.521)	(214.910)
Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF) (ii)	(14.649)	(13.471)
Receita líquida	3.878.504	3.699.668

(i) Inclui o montante de R\$ 16.718 e R\$ 15.509 para os períodos de janeiro a março de 2019 e de 2018, respectivamente, referente a TRCF cobrada dos clientes referentes aos municípios regulados pela ARSESP.

(ii) Montante referente ao desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização pago à ARSESP conforme Lei Complementar Estadual nº 1.025/07.

Notas Explicativas

27 Custos e despesas operacionais

	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2018
Custos operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(499.548)	(457.587)
Obrigações previdenciárias	(12.231)	(5.408)
Custos de construção (Nota 25)	(589.958)	(632.652)
Materiais gerais	(55.100)	(52.148)
Materiais de tratamento	(86.693)	(75.931)
Serviços de terceiros	(273.954)	(245.995)
Energia elétrica	(282.434)	(221.237)
Despesas gerais	(152.504)	(150.113)
Depreciação e amortização	(384.681)	(298.166)
	(2.337.103)	(2.139.237)
Despesas com vendas		
Salários, encargos e benefícios	(70.022)	(70.754)
Obrigações previdenciárias	(1.678)	(795)
Materiais gerais	(1.720)	(1.431)
Serviços de terceiros	(85.977)	(73.893)
Energia elétrica	(367)	(314)
Despesas gerais	(27.236)	(23.992)
Depreciação e amortização	(4.195)	(4.345)
	(191.195)	(175.524)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (c))	(7.760)	(48.631)
Despesas administrativas		
Salários, encargos e benefícios	(60.476)	(58.095)
Obrigações previdenciárias	(37.059)	(37.313)
Materiais gerais	(588)	(1.377)
Serviços de terceiros	(62.244)	(57.302)
Energia elétrica	(193)	(321)
Despesas gerais	(12.010)	(72.144)
Depreciação e amortização	(21.987)	(25.388)
Despesas fiscais	(15.824)	(16.040)
	(210.381)	(267.980)

Notas Explicativas

	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2018
Custos e despesas operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(630.046)	(586.436)
Obrigações previdenciárias	(50.968)	(43.516)
Custos de construção (Nota 25)	(589.958)	(632.652)
Materiais gerais	(57.408)	(54.956)
Materiais de tratamento	(86.693)	(75.931)
Serviços de terceiros	(422.175)	(377.190)
Energia elétrica	(282.994)	(221.872)
Despesas gerais	(191.750)	(246.249)
Depreciação e amortização	(410.863)	(327.899)
Despesas fiscais	(15.824)	(16.040)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (c))	(7.760)	(48.631)
	(2.746.439)	(2.631.372)

Notas Explicativas

28 Receitas e despesas financeiras

	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2018
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda nacional	(81.168)	(78.169)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira	(42.461)	(36.559)
Outras despesas financeiras	(79.635)	(22.903)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(4.668)	(4.514)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(16.692)	(19.649)
Outras variações monetárias	(11.180)	(9.764)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(16.673)	12.541
Total de despesas financeiras	<u>(252.477)</u>	<u>(159.017)</u>
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	25.810	14.753
Rendimento de aplicações financeiras	38.975	37.578
Juros ativos	43.162	28.667
Cofins e Pasep	(5.019)	(3.766)
Outras	3	1
Total de receitas financeiras	<u>102.931</u>	<u>77.233</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(149.546)</u>	<u>(81.784)</u>
Variações cambiais		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	(175)	(112.015)
Variação cambial sobre ativos	(731)	(134)
Outras variações cambiais	(4)	-
Variações cambiais, líquidas	<u>(910)</u>	<u>(112.149)</u>
Financeiras líquidas	<u>(150.456)</u>	<u>(193.933)</u>

- (i) Decréscimo de R\$ 111,8 milhões nas variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos externos, ocasionado pela desvalorização de 0,2% do iene frente ao real no 1º trimestre de 2019 quando comparada à valorização de 6,3% ocorrida no 1º trimestre de 2018.

Notas Explicativas

29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>Janeiro a março de 2019</u>	<u>Janeiro a março de 2018</u>
Outras receitas operacionais, líquidas	13.385	17.425
Outras despesas operacionais	<u>(5.558)</u>	<u>(5.933)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>7.827</u>	<u>11.492</u>

As outras receitas operacionais compõem-se de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, venda de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do PURA e estão apresentadas líquidas de Cofins e Pasep.

As outras despesas operacionais compõem-se da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado e custo excedente de energia elétrica comercializada.

30 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir os principais valores comprometidos em 31 de março de 2019:

	<u>1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>3-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Obrigações contratuais - Despesas	766.484	1.608.072	286.069	1.107.432	3.768.057
Obrigações contratuais - Investimentos	<u>1.710.659</u>	<u>3.137.546</u>	<u>1.255.653</u>	<u>5.860.810</u>	<u>11.964.668</u>
Total	<u>2.477.143</u>	<u>4.745.618</u>	<u>1.541.722</u>	<u>6.968.242</u>	<u>15.732.725</u>

O principal compromisso refere-se à PPP São Lourenço. Vide Nota 14 (g).

Notas Explicativas

31 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	Janeiro a março de 2019	Janeiro a março de 2018
Total das adições de ativo de contrato (Nota 13)	667.391	685.779
Total das adições do intangível (Nota 14 (b))	101.313	607
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(559.152)	(456.410)
Total das adições no intangível e ativo de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	209.552	229.976
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no período (Nota 14 (d))	80.014	143.041
Empreiteiros a pagar	290.109	210.024
Parceria Público-Privada – PPP São Lourenço (Nota 14 (g))	75.406	85.576
Arrendamento Mercantil	100.054	3.218
Margem de construção (Nota 25)	13.569	14.551
Total	559.152	456.410

32 Eventos subsequentes

- 23ª Emissão de Debêntures**

Em 8 de abril de 2019, foi aprovada a realização da 23ª (vigésima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante total de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), estando a Oferta condicionada à emissão de, no mínimo, 750.000 (setecentos e cinquenta mil) Debêntures, no montante total de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). A emissão e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, a remuneração das Debêntures e o valor total da Oferta serão definidos conforme o procedimento de coleta de intenções de investimento (procedimento de bookbuilding), no sistema de vasos comunicantes.

- Reajuste tarifário**

Em 10 de abril de 2019, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) publicou a Deliberação nº 859 que autoriza a Companhia a aplicar o índice de reajuste tarifário de 4,7242% em relação às tarifas vigentes, composto por:

- Variação do IPCA no período de 4,5754%;
- Fator de eficiência (Fator X) de 0,6920%; e
- Ajuste compensatório de 0,8408%, conforme descrito na Nota Técnica NT.F-0010-2018.

Notas Explicativas

- **Contrato de Programa**

Em 12 de abril de 2019, a Companhia renovou Contrato de Programa com o município de Espírito Santo do Turvo, pelo prazo de 30 anos.

- **Reorganização Societária**

Em 26 de abril de 2019, Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído pela Lei Estadual 9.361 de 5 de julho de 1996, deliberou em reunião realizada no dia 24 de abril de 2019 e homologada no dia 26 de abril de 2019, a constituição de grupo de trabalho com o objetivo de avaliar alternativas de reorganização societária da SABESP.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais

As projeções apresentadas no Formulário de Referência são feitas em bases anuais e não trimestrais, portanto, não se aplica o confronto trimestral entre as informações divulgadas no Formulário de Referência com os resultados obtidos no trimestre.

O acompanhamento das projeções é feito em bases anuais e divulgado no Formulário de Referência.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/03/2019				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,3%	343.524.285	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	3.000	0,0%	3,000	0,0%
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	114	0,0%	114	0,0%
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	343.527.399	50,3%	343.527.399	50,3%
Ações em Circulação	339.985.584	49,7%	339.985.584	49,7%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/03/2018				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,3%	343.524.285	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	4	0%	4	0%
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	343.524.289	50,3%	343.524.289	50,3%
Ações em Circulação	339.985.580	49,7%	339.985.580	49,7%

2. POSIÇÃO ACIONÁRIA

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO			Posição em 31/03/2019 (Em Ações)	
	Ações Ordinárias		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,3	343.524.285	50,3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de maio de 2019.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marcio Serpejante Peppe

Contador CRC 1SP233011/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2019.

São Paulo, 9 de maio de 2019.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Benedito Pinto Ferreira Braga Junior

Diretor Presidente

Rui de Britto Álvares Affonso

Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Adriano Candido Stringhini

Diretor de Gestão Corporativa

Edison Airoidi

Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente

Paulo Massato Yoshimoto

Diretor Metropolitano

Ricardo Daruiz Borsari

Diretor de Sistemas Regionais

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2019.

São Paulo, 9 de maio de 2019.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Benedito Pinto Ferreira Braga Junior

Diretor Presidente

Rui de Britto Álvares Affonso

Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Adriano Candido Stringhini

Diretor de Gestão Corporativa

Edison Airoidi

Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente

Paulo Massato Yoshimoto

Diretor Metropolitano

Ricardo Daruiz Borsari

Diretor de Sistemas Regionais